

Aprovada na 1022ª sessão

ALADI/CR/Ata 1018
3 de setembro de 2008
Horário: 10h10m às 13h35m

ATA DA 1018ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração da ata correspondente à 1016ª sessão.
 4. Tratamento dos cursos de ação dos projetos de resolução pendentes a serem adotados na próxima Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros:
 - 4.1. Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência e sua consolidação com o texto do projeto de resolução sobre "Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência"; e
 - 4.2 Espaço de Livre Comércio - Comércio de Serviços.
 5. Convocatória da Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros – datas tentativas.
 6. Assuntos diversos.
-

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez e Mariana Edith Plaza (Argentina); Pablo Guzmán Laugier e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, José Gilberto Scandiucci e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil); Camilo Marcelo Navarro Ceardi e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile); Cielo González Villa (Colômbia); Marielena Ruíz Capote e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo e Ivonne Flores Espinoza (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco, Ricardo Scavone e Octavio Ferreira Gini (Paraguai); Jorge Antonio Rosado La Torre e Ricardo B. Romero Magni, (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Raquel María Rodríguez Sanguinetti (Uruguai); Luisa López Moreno, Cecilio Crespo (Venezuela); John Biehl del Río (OEA).

Secretário-Geral: a.i.: Oscar Quina Truffa.

PRESIDENTE. Bom dia a todos. É uma honra recebê-los. Acabamos de atingir o quorum.

Tendo o quorum mínimo necessário, damos início à 1018ª sessão.

1. Aprovação da Ordem do Dia

... Está à consideração. Não havendo observações, dá-se por aprovada a Ordem do Dia.

O ponto dois é Assuntos em Pauta.

2. Assuntos em Pauta

...Ofereço a palavra à Secretaria-Geral para informar sobre esses temas.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, senhor Presidente. Não relatarei detalhadamente os Assuntos em Pauta, pois o documento correspondente está nas Pastas dos senhores Representantes. Destaco que, logo depois de publicado o documento de Assuntos em Pauta, foi recebida uma contribuição de duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e setenta e quatro dólares, correspondentes ao exercício 2008, e parte disso aos custos financeiros de 2007, da Representação do Uruguai. Muito obrigado.

"1. Embaixada da Espanha. Nota 134, de 20/08/2008.

Comunica que seu Governo designou a Excelentíssima Embaixadora Aurora Díaz-Rato Revuelta como Observadora, Representante Permanente.

2. Convites recebidos:

Organização Mundial do Comércio (OMC). Nota de 22/08/2008. Convida para do "Curso regional intensivo sobre técnicas de negociação comercial", a realizar-se de 27 a 31 de outubro de 2008, em Buenos Aires.

Centro de Informação para a Integração Regional (CEFIR). Nota No. 28/08/2008. Convida o Secretário-Geral para a conferência sobre "A integração sul-americana hoje: MERCOSUL ou UNASUL", do senhor Luiz Soares Dulci, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, na próxima segunda-feira, 1º de setembro, na sede do CEFIR.

3. Bases e condições para a Licitação Pública Internacional do Projeto Plano Piloto de Certificados de Origem Digitais (ALADI/SEC/LPI/001/2008).

4. Comentários do México ao documento ALADI/SEC/di 2157 "Medidas de salvaguarda aplicadas pelos países-membros (ALADI/SEC/di 2759)."

PRESIDENTE. Obrigado, Secretaria-Geral. O ponto três da Ordem do Dia é a consideração da ata correspondente à 1016ª sessão.

3. Consideração da ata correspondente à 1016ª sessão

... Coloca-se à consideração dos Representantes presentes. Não havendo observações, dá-se por aprovada.

4. Tratamento dos cursos de ação e projetos de resolução pendentes a serem adotados na próxima Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros

... O ponto quatro é o tratamento dos projetos de resolução que ficaram pendentes de aprovação, com vistas a serem elevados ao Conselho de Ministros. São duas Diretrizes ou dois projetos que estão em consideração. Um é o referente às Diretrizes para a Conferência de Avaliação e sua consolidação com o texto apresentado pelo Equador, e o segundo projeto de resolução que estava também pendente de resolução é o Espaço de Livre Comércio, vinculado com o tema do Comércio de Serviços, onde havia uma reserva de caráter geral da Venezuela e da Bolívia.

Estiveram sendo elaboradas, informalmente, redações alternativas para este tema -não sei como querem tratá-lo- mas me parece que seria mais simples se começássemos pelo ponto um, Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência. Ofereço a palavra para o tratamento deste tema. A Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente. Bom dia a todos, muito obrigado pelo recebimento de ontem.

Havíamos circunscrito nossas observações, durante a sessão passada, ao projeto de resolução das Diretrizes para a Conferência e ao de Serviços. Haviam ficado circunscritas nossas observações e nossas duas reservas e, nesse caso, estamos em processo de análise na Bolívia, gostaria de informar-lhes que, deste projeto de resolução, estaríamos analisando a proposta feita pelo Brasil, partindo de uma perspectiva muito positiva. Espero que na próxima semana possamos ter algum resultado sobre este tema. Inicialmente nos parece que pode ser uma fórmula muito interessante de resolver o problema, estaríamos circunscrevendo, portanto, nossa observação simplesmente a este ponto, com uma perspectiva que provavelmente poderemos resolver em breve, com base na proposta gentilmente feita pelo Brasil. Assim, menciono isto porque simplesmente faltam-nos algumas consultas para terminar de gerar o consenso total neste tema, mas praticamente permitir-me-ia informar que estaríamos circunscrevendo nossa observação simplesmente a

este ponto, e não tocaríamos em nenhum outro ponto do projeto de resolução. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço muito à Representação da Bolívia por este tema. A Representação de Cuba, perdão.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Muito obrigada, Presidente. Sabemos somente que um texto foi trabalhado, que houve algumas modificações, às quais a Representação da Bolívia fez referência, mas realmente nós não temos esse texto com essa modificação, e gostaria de saber por onde está passando o texto.

PRESIDENTE. Esse texto foi distribuído como documento da ALADI, peço, por favor, que a Secretaria faça circular uma vez mais esse documento ou pelo menos passe agora o número. A Delegação do Brasil tem à mão o texto para ver o número de documento da ALADI?... Um segundo, por favor. Chile, perdão.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Desculpe, Presidente. De acordo à última reunião e a seus comentários, entendeu-se que ia ser distribuído, mas o mesmo nunca o foi.

PRESIDENTE. Desculpe-me, não era a informação que eu tinha, quero verificar para começar. Peço que a Secretaria me dê o documento, ou que a Delegação do Brasil, que me mostrou o documento, faça-o novamente.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Somente para esclarecer, nós, na reunião passada, falamos, efetivamente, deste texto. Nós não o conhecíamos e o solicitamos, custou-nos trabalho consegui-lo, tivemos que pedir em vários lugares, porque, efetivamente, não foi circulado como documento geral, que foi o acordado. Então, penso que é, na realidade, um erro ou um descuido de procedimento, mas por isso fiz referência, por ter pensado que havia sido circulado.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. A Delegação do Brasil me entrega o documento ALADI, revisão 1, projeto de resolução 6, de 5 de agosto de 2008, projeto de resolução, com uma reserva, naquele momento, da República Bolivariana da Venezuela. Peço à Secretaria que o distribua, então, entre todas as Representações, porque, aparentemente, houve algum erro e não foi distribuído oportunamente. De todas as maneiras, hoje não terminaríamos com este tema, tendo em vista que a Representação da Bolívia solicitou um prazo de mais uma semana, e tendo em vista que a Representação da Venezuela não se encontra na Sala até este momento. Mas, de todas as maneiras, abarcamos com satisfação o anúncio da Representação da Bolívia, no sentido de que estão vendo este documento positivamente, e que seria a única observação que eles têm para apresentar aos projetos que faltavam considerar. A Delegação do Brasil solicitou a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Somente para esclarecer a minha colega de Cuba que o projeto com a frase proposta pelo Brasil está incluído como anexo do Relatório da Secretaria da Reunião de Vice-Ministros, é parte do conjunto de resoluções do relatório da Secretaria, obrigado.

PRESIDENTE. Há alguma outra Representação que queira fazer uso da palavra sobre este ponto especificamente considerado, e sobre o qual vamos fazer um compasso de espera de mais uma semana? A Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Presidente, somente para esclarecer, na semana passada havia entendido que existia um novo texto, que estava sendo negociado pela Venezuela e pelo Brasil, que é diferente do assinalado pelo Embaixador.

PRESIDENTE. A Delegação do Brasil pede a palavra. Adiante.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). A proposta do Brasil foi feita durante a Reunião de Vice-Ministros, pelo Vice-Ministro brasileiro, e foi incorporada pela Secretaria no projeto de resolução.

Realmente, devo dizer que não deveria ter sido incorporada no projeto de resolução que estava aprovado por nós e que tinha a reserva da Venezuela, mas aqui está, vejo-a aqui. Foi proposta pelo Vice-Ministro, e depois reiterada por mim para a Representação da Venezuela, que manifestou ser favorável à proposta na reunião passada, e vejo aqui que consta no projeto de resolução.

PRESIDENTE. Perdão, Delegação do Brasil, o texto que me deram é o texto que abarca a proposta com as modificações sugeridas? Ou seja, este é o documento que podemos distribuir para saber sobre o que estamos trabalhando?

A Representação da Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente. Para ficar totalmente claro, porque realmente estamos um pouco confusos. Nós entendemos da mesma forma, que este era um texto proposto pelo Brasil à Venezuela, e que estava sendo analisado, nesse sentido, na reunião passada, o Brasil nos propôs, como uma forma de solução este texto, o qual lerei para ver se estamos falando do mesmo texto -é uma oração muito curta- para que não haja mais confusões.

Quando termina a oração do ponto um, diz: "Será proposta uma data como meta para que seja alcançado o livre comércio na Associação, com a adoção das referidas normas e disciplinas", ato seguido, o texto proposto pelo Brasil, que diria: "A proposta de metas deverá levar em consideração a necessidade de ritmos diferenciados que respeitem as diferentes opções de política econômica dos países-membros". Essa é a proposta, e estamos nos referindo a este texto, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Perfeito, estamos todos de acordo que esse é o texto sobre o qual estamos trabalhando. Bem, então repito e peço à Secretaria, por favor, que distribua o documento ALADI revisão 1 do projeto de resolução 6, de 5 de agosto de 2008. Todos já têm esse documento? A Delegação do Brasil está pedindo a palavra, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Senhor Presidente, agora entendo. Incluído no texto distribuído, este parágrafo está ressaltado, mas ao tirar as cópias não se vê tanto, porém está ressaltado para mostrar que é justamente uma incorporação, vê-se muito levemente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Devo dizer que no texto que eu tenho, que não é cópia, não está ressaltado. De todas as maneiras, vamos ver se conseguimos organizar um pouco a sessão, por favor.

A Representação da Bolívia fez a leitura do texto, a Delegação do Brasil aceita que esse é o texto oportunamente proposto, a Representação da Bolívia pediu mais uma

semana para pronunciar-se sobre esta questão. Pergunto se a Representação da Venezuela talvez tenha algo a dizer sobre este texto. A Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente, somente para esclarecer, eu não disse em uma semana exatamente. Espero que na próxima semana possamos ter uma solução a respeito deste parágrafo e desta proposta. Somente para esclarecer esse ponto.

PRESIDENTE. Bem, de acordo, esta é a posição da Representação da Bolívia: o tema continua em tratamento e, oportunamente, enviará seu ponto de vista. A Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada. Desculpe, Presidente, pelo atraso, estávamos tentando receber alguma instrução, dado que o Embaixador Franklin está na Venezuela, em algumas conversações sobre estes temas.

Nós, como o Embaixador comentou na vez passada, recebemos esta proposta do Brasil, que foi submetida à consideração de nossas autoridades, receberam-na com uma perspectiva positiva, reiteramos a disposição que temos de levantar a reserva sobre este texto, diríamos sobre a resolução. Queríamos ver se -tomando o espírito da proposta do Brasil- poderíamos submeter à discussão um texto alternativo, não sei se o leio e o deixamos à consideração da Mesa, se os senhores quiserem comentar hoje, simplesmente no ânimo de levantar a reserva, mas tomando basicamente o espírito desse texto proposto pelo Brasil. Agora poderíamos levantar as reservas se a Mesa aceitasse a proposta que leríamos hoje.

PRESIDENTE. Eu pediria que a senhora lesse com calma, para que a Secretaria possa tomar nota e circular a proposta para análise. Adiante, Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). A proposta que trazemos é a seguinte: temos o resolve um, que começa,..."Em respeito aos objetivos de conformação", nós temos a proposta de deixá-lo até .."avaliação de conformidade." E seguiríamos dizendo: "Neste sentido, será proposta uma data como meta, levando em consideração a necessidade de ritmos diferenciados, que respeitem as diferentes opções de política econômica dos países-membros."

Esse é um texto alternativo, com o espírito proposto pelo Brasil e com alguns ajustes propostos de Caracas.

PRESIDENTE. Agradeço, pediria à Representação da Venezuela se poderia dar esse texto à Secretaria, para reprodução e circulação. A Representação do México solicita a palavra. Por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). É de caráter de procedimento. Então este parágrafo que estava ressaltado passa a ser um texto que ainda está em discussão, como os países estão fazendo. Quero esclarecer isso. Nada mais.

PRESIDENTE. Obrigado, México. A Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Somente para adiantar, esperando que chegue redigido o que escutamos, mas me dá a impressão, pelo que ouvi, de que faltaria algo. A redação do original do inciso um, era: "será proposta uma data como meta, para que o livre comércio seja alcançado na Associação

com a adoção da referidas normas e disciplinas”, no que leu a Representação da Venezuela, diz:”Neste sentido, será proposta uma data...” e segue algo parecido a que se adapte às necessidades”. Mas uma data para quê? Como meta de quê?

PRESIDENTE. Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Quando se inicia o parágrafo e se está falando sobre a conformação do mercado regional de bens, a adoções de normas e disciplinas, pensamos que, quando pomos, neste sentido, isto é, no sentido que antecede o parágrafo anterior, será proposta uma data como meta, tomando como referência a proposta feita pelo Brasil. Diríamos que entendemos que o espírito do parágrafo completo se mantém com essa.... Sim.

PRESIDENTE. Obrigado, vejamos se posso entender e propor. Além dos problemas de redação, creio que o espírito geral é concordante entre o que originariamente havíamos redigido, a proposta de convergência formulada pelo Brasil e algumas observações que estão sendo formuladas pela Representação da Venezuela.

Para que isto termine de ficar claro, eu pediria para fazermos um pequeno intervalo de três minutos para ficarmos de acordo e termos uma redação final, porque do contrário estamos trabalhando sobre..., ou pomos o texto na tela e o discutimos? Isso é tecnicamente possível, pôr o texto na tela agora? Sim? Bem, façamos isso, ponhamos o texto na tela, vejamos o tema para terminar com este assunto, ou ao menos ter uma redação final para que cada um possa realizar as consultas correspondentes. A Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente. Cumprimos e agradecemos a proposta da Venezuela, penso que a observação feita pelo Uruguai em seu momento é absolvida quando se lê o parágrafo em sua integralidade, quando se refere ao início, diz: ...”Em respeito ao objetivo de conformação de um mercado regional de bens”, que é basicamente do que estamos falando, mais adiante, fala-se da liberalização progressiva do comércio de bens, portanto, o parágrafo proposto pela Venezuela diz: “Neste sentido”, ou seja, nesse mesmo sentido do inciso um...”será proposta uma data como meta, levando em consideração a necessidade de ritmos diferenciados que respeitem as diferentes opções de política econômica dos países-membros”, obviamente a observação do Uruguai é correta porque a Venezuela propõe eliminar, “o livre comércio na Associação”, isso é basicamente o que se elimina, com a qual nós estaríamos plenamente de acordo, e para nós a proposta da Venezuela resolve também o problema e a observação que a Bolívia fazia a este inciso um do título segundo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Solicitaram a palavra as Representações do Brasil e do Peru. Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente, não é segredo para ninguém que meu maior receio seria abrir o que já negociamos com tanto esforço e chegamos a um texto final que foi consensuado por todos, apesar da reserva feita pela Venezuela.

É uma pena que tenhamos que reabrir este texto. Se fosse possível trabalhar sobre o que nós propusemos e tentar encontrar uma fórmula que possa ser aceita por todos, mas sobre a linguagem que nós mesmo sugerimos, de “as propostas de meta, deverá levar em

consideração a necessidade...”, porque o proposto pela Venezuela é uma formulação que deixa a situação ambígua, realmente não está claro.

É verdade que em muitas vezes, em uma negociação recorre-se à ambigüidade construtiva, mas na verdade não fica uma linguagem clara, ao dizer: “neste sentido, será proposta uma data como meta”..., depois de todo o parágrafo que se falou de normas técnicas, restrições não tarifárias, mecanismos de reconhecimento mútuo, realmente o que a Bolívia disse, disse com razão, a conformação de um mercado regional está acima, então nesse sentido, temos que reunir e ir até o princípio do parágrafo para entender, ou seja, é uma ambigüidade construtiva, para chegar a um consenso, chegaremos, mas depois, amanhã, não saberemos exatamente a que se refere a meta, eu não sei, pediria, se possível, que pudéssemos trabalhar sobre o novo texto, que está aí, ressaltado na tela, não sei, qualquer texto, penso que todos sabemos que, se quisermos uma integração, temos que pensar em um mercado regional de bens. Talvez fosse possível pôr “a proposta de metas para um mercado regional de bens deverá levar em consideração a necessidade de ritmos diferenciados”, estou pensando agora. O que os senhores acham? Isto é, se é para fazer referência ao mercado regional de bens, “a proposta de metas para a conformação de um mercado regional de bens deverá levar em consideração”, aí penso que seria uma boa idéia, talvez se a Venezuela estivesse de acordo com isso.

Penso, para não deixar a coisa ambígua, que não é construtivo e que queremos que nossos Ministros digam: fizeram um trabalho que é claro, que vai ao ponto e que não cria ambigüidades e problemas futuros para nós mesmos.

Penso que a Bolívia estaria de acordo com esta formulação, seria o caso de, não sei se todos estamos de acordo, se a Venezuela está de acordo, “a proposta de metas para a conformação de um mercado regional de bens...”, seguiria, “deverá levar em consideração a necessidade de ritmos diferenciados que respeitem as diferentes opções de política econômica dos países-membros”, é minha proposta como forma de não reabrir todo o texto que tanto discutimos e tanto negociamos aqui com tanta dificuldade. Penso ser uma fórmula que pode ser aceitável. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. Tem a palavra a Bolívia e a Venezuela.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente, muito obrigado à Delegação do Brasil. Somente para esclarecer também que minha intervenção vai no sentido ou foi no sentido de dizer que o que nos incomoda, no inciso um, é precisamente o que diz,..."alcance o livre comércio na Associação", e por isso é que a substituição que propunha a Venezuela, em seu momento, ajuda-nos muito a resolver este problema. Agora se o Brasil estivesse de acordo em substituir este conceito de “livre comércio” pelo conceito de “conformação de um mercado regional de bens”, nós não teríamos nenhum inconveniente de que ficassem um ou outro, mas nesse sentido quero manifestar, com toda a clareza, onde está nossa observação e onde está nossa reserva, especificamente nesse conceito, Presidente, e penso que a proposta da Venezuela resolvia isso. Se o Brasil aceita substituir esse termo pelo outro termo, que nós aceitamos e nos é cômodo, qual seja, “a conformação de um mercado regional de bens”, não teríamos nenhuma objeção em aceitar a anterior e o texto proposto pela Venezuela também.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. A Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Presidente, o primeiro esclarecimento que quero fazer é que nós não reabrimos a discussão sobre o projeto, nós temos uma reserva, e o Brasil propôs um texto, e sobre essa proposta nós opinamos.

Então, quero que fique claro que nós intencionalmente não estamos reabrindo nenhuma discussão sobre o acordado, para nós o acordado não tinha sentido em ser aprovado, e colocamos uma reserva, no ânimo de levantar a reserva o Brasil fez uma proposta e sobre essa opinamos, e a opinião que temos é referente à proposta posta na Mesa. Queria pontualizar isso para esclarecer.

A proposta que fazíamos, estamos fazendo. O que lê, lê, isto é, nós estamos fazendo, o que diríamos, o primeiro ponto é referente ao mercado regional de bens, porque não diz outra coisa se não isso, e sobre o peso que tem sobre o mercado o tema de normas e disciplinas, diríamos que está do ponto um até o final.

A proposta que fazíamos era no ânimo de suavizar, de alguma maneira, os elementos que para nós são suscetíveis, e contribuir para levantar as reservas, e em todo caso queria esclarecer à Secretaria que, na transcrição, a proposta que nós fizemos era até avaliação de conformidade e aí seguia ponto e seguido, isto é, como está aí transcrita, para que fique claro na Mesa, que depois de conformidade, ponto e seguido. O sentido, qual é? A conformação de um mercado regional de bens, esse texto não faz referência a outra coisa, então a reiteração que víamos, nesse último parágrafo, pensávamos, de alguma maneira, poderíamos trabalhar esta proposta, e tomando como espírito a proposta feita pelo Brasil, referente à meta e levando em conta o resto, que tomamos exatamente como eles nos propuseram, “em consideração à necessidade de ritmos diferenciados” tudo isso está sobre a proposta do Brasil. Isto é, eles nos fizeram uma proposta, nós, respondemos, então queríamos que, na tela, ficasse em princípio como a lei que era... “avaliação da conformidade. Neste sentido, será proposta uma data como meta, levando em consideração” e seguiria igual à proposta feita pelo Brasil.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Vou permitir-me sugerir, porque realmente não vejo que estejamos tão longe de produzir um acordo, realmente não o vejo.

Não podemos apegar-nos a textos que nos impeçam de chegar a um acordo, e eu digo, se em vez de “nesse sentido”, dissermos “a esse respeito”, ou seja, de tudo o que estamos falando acima, será proposta uma data, etc., etc. Isto é aceitável para a Venezuela? Imagino que sim, e para o Brasil, apresenta dificuldades?

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). O problema é que tiraria algo que penso que estamos trabalhando, e não há como negar isso, estamos em um empreendimento de um esforço de alcance de livre comércio na região.

Minha preocupação é esta, o Vice-Ministro de Bolívia não falou isso na vez passada, estamos falando de acesso a mercado, acesso a mercado é livre comércio, estamos todos nós tentando abrir nossos mercados para poder ter um mercado regional de bens. Negar isso, muito francamente, é o único problema, não tenho problema com a proposta da Venezuela, mas ao eludir a frase “alcance de livre comércio na Associação” faz com que tenhamos um projeto de resolução que será ambíguo, que não estará claro porque estamos usando frases tipo mercado regional de bens, conformação e todo o resto, não estamos dizendo exatamente o que pretendemos fazer, entre outras coisas, pretendemos fazer outras coisas também, mas uma das coisas importantes que pretendemos fazer é alcançar o livre comércio na região.

Esse é um dos elementos da integração, esse é o único problema, eu voltaria a deixar o item um como está e tentaria ver uma fórmula aqui para o parágrafo, como disse a Venezuela. Se a Venezuela tem um comentário a fazer sobre o texto sugerido pelo Brasil, vamos trabalhar sobre o texto que o Brasil sugeriu, não reabrindo o que está no ponto um,

que foi objeto, ao final de contas, de entendimentos, ou seja, o texto que nós sugerimos visava conseguir uma solução, uma saída, um consenso, uma forma de fazer com que a Venezuela tirasse sua reserva. Agora vamos trabalhar sobre este texto, esse é meu pedido, se possível.

PRESIDENTE. A Representação do México pediu primeiro a palavra, depois o Peru.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Uma observação, com vistas a chegar a consenso. Penso que mercado regional de bens, dentro do espírito da Resolução 59 (XIII), implica um comércio livre de bens. Se algumas Representações não gostam da fraseologia livre comércio, posso viver perfeitamente com comércio regional de bens porque o implica, e aí é muito salomônico no sentido de que nós o entendemos dentro do espírito da 59 (XIII), há alguém que não quer essas palavras, mas aceita o mercado regional de bens, penso que essa é uma nítida ponte que podemos cruzar para chegar a uma resolução.

Então, em síntese, penso que mercado regional de bens é suficiente e podemos conduzir assim, de todos os modos, nós podemos aceitar perfeitamente a resolução como estava. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, México. Peru, adiante.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). No mesmo sentido do México, senhor Presidente, com vistas a aproximar posições. Porém, falta um complemento à proposta venezuelana, está bem a meta, mas essa meta que se antepõe a respeito, ou nesse sentido, e falta o complemento da meta, sem esse complemento é um pouco gasosa a proposta venezuelana, e digo com todo o respeito.

Quem sabe mencionar, com vistas a aproximar posições, o espírito do Tratado de Montevideu 1980 e a Resolução 59 (XIII), somente enunciar-las, por exemplo, poderia ser “A proposta de metas para a conformação, nesse sentido será proposta uma data como meta para alcançar os objetivos estabelecidos no Tratado de Montevideu 1980 e na Resolução 59 (XIII)”, algo pelo estilo, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Vou solicitar o seguinte, porque estou tentando organizar isto, pois penso que estamos próximos da possibilidade de encontrar uma redação que nos permita alcançar o consenso, primeira coisa.

Segunda coisa, peço que trabalhem sobre as redações que já mais ou menos temos, porque se continuamos acrescentando alternativas, o que faremos é continuar complicando a possibilidade de encontrar um ponto de convergência. O Chile, por favor.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. Justamente nesse sentido, abarcando a intervenção do Embaixador do Brasil e a própria da Bolívia, o que havia sido dito era que não estava apresentado no texto, foi textualmente, “a este respeito será proposta uma data como meta para a conformação de um mercado regional de bens” e daí se toma o parágrafo de “as propostas de metas para conformação do mercado regional de bens deverá levar em consideração os ritmos”.

Isso era o que havia sido dito há um minuto, e não foi retratado no texto que esse seria entre aspas o texto de consenso, pareceria ser, e aí poderíamos estar de acordo, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile, Brasil, Equador, Argentina e Paraguai, em um ato de generosidade, com as quais a Delegação do Brasil nos acostumou, passo a palavra à Representação do Equador para que não se fique impaciente, adiante.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Penso que, nas últimas intervenções, estamos vendo a luz. Pensava como o México enquanto o mesmo fazia suas considerações, e imediatamente levantei este indicador, porque a partir daí as coisas foram esclarecidas.

Penso e quero destacar que está contaminado, está como má palavra, e com razão, esta palavra de espaço de livre comércio, desgastada por mal uso, abuso e mais coisas, então desperta urticária em alguns países -e entre eles no Equador- e por isso o considerado pelo México retoma outras situações, estamos nessa linha, com a expressão do mercado regional de bens, que é o mesmo, mas que especifica que é um mercado entre nós, não é um livre comércio que é usado em um ângulo muito amplo, como uma ponta de lança de outros interesses, parece-me bem a intervenção do Peru e do Chile, da necessidade de falar de datas, porque um dos problemas da nossa integração é como os objetivos da educação ou os objetivos do milênio são muito elásticos, seria bom encontrar um mecanismo para que as datas obrigassem ou pressionassem para que se desse esta integração.

A cada dia, a data fica mais longa, estamos próximos dos 50 anos e se continuamos assim podemos chegar a cumprir o centenário da não integração, então concordo com estes critérios apresentados pelo Peru e pelo Chile, e que é espírito do texto apresentado pela Venezuela, de que se fale, se comece a trabalhar, sobre uma data como um elemento de pressão aos próprios países para que ajustem seus problemas internos, para que se dê um espaço de integração. Isso queria dizer, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Para dizer que estou de acordo com a fórmula “do mercado regional de bens”, então se tiraria na última frase do item um, Presidente, se poria então “será proposta uma data como meta para que seja alcançado um mercado regional de bens” ou “uma data como meta para a conformação ou para que se alcance” melhor “uma data para alcançar um mercado regional de bens na Associação” “ou na região” se poderia manter, pergunto à Bolívia e à Venezuela, com a adoção das referidas normas e disciplinas, penso ser importante dizer isso. Pode-se manter isso? A Bolívia diz que sim, penso ser importante que tenhamos isso, “com a adoção das referidas normas de disciplinas,” e como disse penso que foi a Bolívia ou a Venezuela, já não me lembro, “levando em consideração a necessidade de ritmos diferenciados” e assim por diante.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. Agora tem a palavra a Argentina, e depois o Paraguai.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente, havendo escutado a proposta de redação do Brasil, creio que nossa intervenção não se justifica e estamos em condições de acompanhar essa redação, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Obrigado, Presidente, nossa intenção ao solicitar a palavra era acompanhar a proposta do México que

nos parecia a mais abrangente, mas também estamos em condições de acompanhar as modificações propostas pelo Brasil, obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço à Representação. A Delegação do Brasil solicitou a palavra. Eu, antes de passar a palavra ao Brasil, permito-me sugerir que -tendo em vista que parece que estamos quase todos de acordo em relação às modificações- quem quiser reintroduzir seja o mais curtinho possível, adiante Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Um pontinho somente, uma sugestão apenas. Penso que o ponto dois poderia um parágrafo separado. Felicito-o pelo sucesso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Penso que colocá-lo em um parágrafo separado dá-lhe mais precisão. A Argentina está pedindo a palavra novamente.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado. É para dizer que o fato de separar o parágrafo não implica pôr-lhe outro número, porque o inciso um abarca vários conceitos, inclusive questões que estão escritas a seguir, assim, penso que devemos tirar o número.

PRESIDENTE. Estou de acordo, eliminemos o ponto dois, mesmo que seja um ponto aparte dentro do mesmo parágrafo. A Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente. Primeiro, agradecer à Delegação do Brasil por sua disposição em acordar e felicitar-lhe.

A respeito da separação de um parágrafo, creio que iria no sentido contrário do que se argumentava, porque tudo é um pacote, estamos falando do mercado regional de bens, desta conformação, então talvez fosse melhor deixar tudo junto para que o prazo se refira também a esse mesmo ponto, mas bem, se decidem pô-lo também não temos nenhuma objeção.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia, vou permitir-me sugerir concretamente o seguinte: temos um texto com o qual diferentes Representações expressaram especificamente sua conformidade, temos um texto que parece alcançar o consenso, então o que faço é submeter à consideração esse texto, como está na tela, com dois parágrafos, etc., etc. e peço, por favor, que sobre esse texto se pronunciem as diferentes Representações. A Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Embaixador, a Venezuela o submeterá à consulta e na próxima semana diremos nossa última palavra se for possível.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). O Peru está em condições de acompanhar o texto, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Peru. O México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). A palavra antes. Nenhum problema, e com muito afeto pelo Peru, mas insistimos que devemos organizar-nos para dar a palavra conforme é solicitada. O México acompanha com muito prazer esse texto.

PRESIDENTE. Muito obrigado, México, peço desculpas e vamos ter que estabelecer algum mecanismo especial. Como continua, por favor? Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruíz Capote). Muito obrigada. Estamos em condições de acompanhar a aprovação do texto tal e qual está, e consideramos que o acréscimo realizado em relação aos ritmos diferenciados é vital e satisfaz todos os critérios que estiveram, durante todo este processo, sendo negociados, obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Cuba. O Uruguai.

Representação do URUGUAY (Gonzalo Rodríguez Gigena). Estamos em condições de acompanhar o texto proposto, e felicitamos todas as Representações pelos esforços feitos, que permitiram chegar a esse resultado.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. A Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente, nós também acompanhamos o texto e também felicitamos todas as Representações por este esforço que demonstra a integração.

PRESIDENTE. Chile, por favor.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, senhor Presidente. Nós não estamos em condições de rejeitá-lo ou colocar reservas. Então, também acompanhamos.

PRESIDENTE. Obrigado. Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigada, senhor Presidente. Penso que, para a Representação da Colômbia, não há inconveniente em aprovar o texto como está.

PRESIDENTE. Agradeço muito. A Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Igualmente, as mesmas palavras da Colômbia.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Poderíamos dizer o seguinte: o texto foi aprovado por absolutamente todas as Representações, com exceção da Representação da Venezuela que fará a consulta a sua Capital. Correto? Então podemos dar por encerrado o tratamento deste ponto. Sinto-me muito satisfeito por termos podido alcançar um ponto de encontro e convergência, e penso que isto deve servir de modelo, sempre devemos poder alcançar um ponto que dê tranquilidade ou satisfação para cada um dos países aqui representados.

A Secretaria me pergunta, e respondo que sim, que imprimamos o novo texto concordado, circulemos, e coloquemos, nesse texto concordado, uma chamada onde dizemos pendente do pronunciamento da Venezuela, para que não haja confusões. Podemos circular esse documento nos próximos 10 ou 15 minutos, suponho. Bem, muito obrigado.

Temos o tema das Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência, que aí, não sei como querem trabalhar, perdão, Espaço de Livre Comércio, Espaço de Serviços. A Representação do Uruguai pediu a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Estou com um pouco de medo com o que proporei: antes de passar ao ponto seguinte do 4.2, eu me permitiria ver a redação completa do 4.1, que diz Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência e sua consolidação com o texto de resolução sobre insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência. Interpreto do consenso que chegamos sobre a Conferência de Avaliação e Convergência que isso implicaria haver, por um lado, o que acabamos de aprovar, e por outro lado, um novo projeto de resolução que teria relação com a proposta do Equador vinculada, sobretudo, à área social, ao pilar social da integração, não sei se estou interpretando bem, e se os demais países estão de acordo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Direi como a Presidência interpreta o tema.

Oportunamente, o texto proposto pelo Equador foi aprovado por todos. Faltava somente dar-lhe o formato para elevá-lo ao Conselho de Ministros, há um projeto de resolução, que são as Diretrizes, que também foi aprovado agora por todos.

Então, o que faríamos é dar o formato de resolução ao projeto do Equador para elevá-lo ao Conselho de Ministros, que é uma questão formal simplesmente, porque o de fundo já foi concordado, e com isso encerramos este capítulo. Estamos de acordo com isso? Essa foi a interpretação da Presidência, então encerramos este ponto e temos que ir ao ponto 4.2, Espaço de Livre Comércio, Comércio de Serviços, e aí a Representação da Bolívia havia me pedido para fazer uso da palavra.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente. Com relação à resolução do Comércio de Serviços, nós tomamos a decisão de manter reserva sobre este projeto de resolução, tendo em vista que este tema é um tema que está em desenvolvimento. Já havíamos explicado as sensibilidades que a Bolívia tem neste tema específico, e pediria ao Comitê que considerasse a possibilidade de que, com vistas a ter sempre um consenso nas Reuniões dos Ministros, possamos retomar a proposta da Bolívia de retirar este projeto de resolução.

Nós acreditamos que, no futuro, é possível avançar sobre este tema, e gostaríamos muito que o Conselho de Ministros pudesse avançar em todos os outros temas nos quais temos consenso, e assim deixar este tema para o debate, para que isto continue, pois temo que deverá ser objeto e é uma proposta também de poder levar adiante debates técnicos, um trabalho da Secretaria na busca da exploração de estudos, pesquisas que possam ir tentando gerar um consenso neste tema, que nos parece um tema muito complicado, pois envolve recursos naturais, direitos humanos, água, saneamento básico, enfim, uma série de aspectos que nós já havíamos manifestado na reunião passada. Por essa razão, eu pediria que abrissemos um espaço de debate sobre este tema e que déssemos a oportunidade ao Conselho de Ministros de aprovar, em consenso, o resto dos projetos de resolução, Presidente. Essa é minha proposta, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, eu sugeriria, apesar de que tenhamos a questão do projeto de serviços na agenda, que ela fosse deixada em suspenso e tentássemos trabalhar, já que estamos produtivos hoje, sobre o que o senhor mencionou agora, que é o projeto de resolução sobre insumos. Penso que temos um entendimento sobre os seis pontos, mas tanto no primeiro artigo como no segundo devem ser feitos ajustes e talvez pudéssemos trabalhar sobre o projeto de resolução sobre insumos do Equador e tentar ter um projeto, como o senhor falou, conformado. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. A Representação do Equador, e depois vou parar um segundo, porque há 4 ou 5 propostas de trabalho diferentes e quero submeter à consideração do Comitê quais destas propostas são as que vamos trabalhar. A Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Não tive a sorte de estar presente na sessão anterior, li que houve um rico debate sobre serviços e posso adiantar um critério do Equador que será mais profundamente ratificado este 28 de setembro, onde, tenho certeza, será aprovada a nova Constituição e ali, de uma forma categórica, assinala que os serviços, em uma série de aspectos que estão indicados, como as energias não renováveis, portos, aeroportos, estradas e uma série de elementos que o Estado considera como estratégicos, e estou convencido que alguns setores que inclusive foram entregues em concessões, o Estado terá que negociar para que estejam em consonância com o proposto pelo Estado como estratégico, e que não esteja em setor misto ou pior, em mãos privadas.

Então, nesse plano, o Equador, a política do Governo está nessa linha, e já não é somente a política do Governo, porque se elaborou um texto de Constituição que vai assinalar a rota, inclusive aos governos, nem os governos posteriores, quaisquer que forem, poderão ir contra essa diretriz sobre os serviços que especificamente são apresentados na Constituição.

Então, conseqüente, com esses textos e com o lido também, o Equador terá reparos, assim como a Bolívia e a Venezuela no tema de serviços. Adianto isso, respeitando o espírito do pensamento do Governo e do que está já aprovado pela Assembléia Constituinte - somente falta ser aprovado pelo povo equatoriano, 28 de setembro - não vai acompanhar nesse tema, mas como reiteradas vezes o Embaixador da Venezuela expressou, isso não impede que outros governos que não coincidam com essa linha o façam, mas neste caso será uma postura não de uma Ministra de Relações Exteriores ou de um Embaixador, mas sim a postura do Estado Equatoriano sobre os serviços, ficará claramente estabelecido, e isto acontecerá neste mesmo mês.

Queria adiantar este tema, e parece-me muito bom o manifestado pelo Embaixador do Brasil, que seria bom deixar este tema e passar ao tema dos insumos. Inclusive há um projeto de resolução que está na mão, e que deveria tocar nesse tema ou outro que a Secretaria houver elaborado sobre o considerado pelo Equador na Reunião de Vice-Ministros, obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço ao Equador. Como Presidente do Comitê, tenho a obrigação de tentar conduzir o debate, então penso que as pontualizações feitas pelo Equador, com franqueza, que são compartilhadas por muitos países de diferentes maneiras, entre outros, a Argentina está “produciendo un rebobinar” sobre muitas coisas, mas isto não implica que não possamos trabalhar no tema serviços, tanto que, por exemplo, poderíamos estabelecer no tema serviços que jamais será concedida licitação privada para a exploração de todas aquelas coisas que possam afetar a saúde ou a moral dos povos, para dar exemplos.

Então, o fato de que seja garantida uma série de princípios não significa, de nenhuma maneira, que não possamos trabalhar sobre o setor serviços. Então, peço que não confundamos o objetivo político de nossos governos com a possibilidade de tratamento do tema. Havendo esclarecido este tema, porque, por exemplo, há questões que já foram apresentadas, como o tema serviços envolve, por exemplo, o tema turismo, no qual estamos todos interessados, e isto não implica que possamos coordenar uma política sobre

o tema de turismo, para dizer algo, e tenho certeza que há outra quantidade de temas nos quais poderíamos encontrar mecanismos de trabalho e cooperação.

Então, pediria que, em vez de insistir em que retiremos o tema do apresentado - porque lembro que antes desta posição, o projeto de resolução estava aprovado por dez países- e insisto nisso, a ALADI tem que ser suficientemente flexível, porque isso é de seu próprio Tratado, encontrar mecanismos de convergência que permita que todos os que estão aqui presentes possam conviver. Depois de ditas essas palavras para ordenar simplesmente o debate, como é o tema? O Brasil primeiro, o México depois.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, continuo acreditando que poderíamos deixar em suspenso o projeto de serviços para que possamos falar um pouco mais sobre isso e passar a trabalhar sobre insumos. Apenas uma frase, uma sugestão para quando voltarmos a trabalhar sobre serviços, eu vou ditar aqui uma frase, um sussurro do Ministro Brito. Posso, senhor Presidente?

PRESIDENTE. Adiante.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Levando em consideração as preocupações manifestadas tanto pela Bolívia quanto pelo Equador agora, sobre os setores estratégicos, seria possível pôr uma frase assim: Reafirma-se o direito soberano dos Estados de adotar ou continuar adotando todas as medidas que resultem necessárias em setores que sejam considerados estratégicos”, um ponto que, talvez, pudesse, quando voltarmos a trabalhar sobre serviços, ser desenvolvido ou trabalhar sobre esta linguagem. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. O México e depois Cuba.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Eu estava escutando um sussurro muito inteligente de Dora sobre os GATs, e quero simplesmente dizer que a riqueza deste debate não deve ser eludida. Meu país teve um intensíssimo debate – que ainda existe-, evitando que o TLC com a América do Norte incluisse certos serviços, é um tema que excita paixões e nos convoca com veemência a discutir a fundo.

No entanto, há algo muito importante, e concordo com o Presidente Olima, não é um tema que pode sair, é um tema que pode se qualificar, se matizar, que tem que respeitar profundamente as diferenças de cada um, as constitucionais, como disse nosso colega equatoriano, brevemente comentamos na sessão anterior sobre a água, etc., penso que tudo é absolutamente importante e respeitabilíssimo, mas o tema serviços é um tema ineludível dos tempos que vivemos, o senhor falou muito bem ao mencionar o turismo, por exemplo, e há muitos serviços que todos necessitamos de todos.

A Representação mexicana pensa que o tema não deve sair, mas que deve qualificar-se e ter as suficientes folgas e exceções para acomodar as respeitáveis e importantes sensibilidades. O texto original que quase todos havíamos aprovado era suficientemente inócuo, Presidente, e suficientemente elástico para acomodar isto, mas se ainda assim causa a muitas Representações dificuldade acompanhar esse texto, voltemos ao texto, mas por favor não deixemos de lado o tema de serviços, é um tema que deve ser afrontado, quanto antes vamos nos deparar com ele. Essa é a nossa posição. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, México. A Representação de Cuba, e depois a Argentina solicitou a palavra.

Representação de CUBA (Marielena Ruíz Capote). Muito obrigada, Presidente. Primeiro não iríamos falar do projeto, mas foram feitas algumas sugestões, então, no interesse dessas próprias sugestões, o tema de comércio de serviços, como todos sabemos, não foi uma prioridade em 2006, foi introduzido em 2007, não conversamos sobre isto, como outro novo sussurro, mas é uma idéia, tirá-la do projeto de resolução, Espaço de Livre Comércio e somente falar de Comércio de Serviços para começar a falar deste tema, tirar-lhe Espaço de Livre Comércio. Somente uma sugestão.

PRESIDENTE. Agradeço, Cuba. Confio que a Secretaria está tomando nota de todas as sugestões para quando reconsiderarmos o tema. A Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Penso que é bom que mantenhamos este tema em espera, que voltemos a considerá-lo em uma próxima oportunidade, levando em conta todos os argumentos escutados e a sensibilidade que esses argumentos causam em todas as Representações que devem analisá-los e ponderá-los adequadamente, e para isso quero acrescentar um aspecto mencionado em outra reunião, mas me parece bom reiterá-lo.

Este projeto, em um de seus artigos, apresenta a necessidade de trabalhar na definição de modalidades para a negociação em matéria de serviços. A modalidade mais habitual de negociação em matéria de serviços é por listas positivas, contrariamente à conotação do termo positiva, a negociação com listas positivas é a mais restritiva de todas, ou seja, negocia-se somente o que se põe sobre a Mesa, e nessa modalidade perfeitamente qualquer Estado, qualquer país-membro da ALADI, pode resguardar aqueles setores que considerar não serem sujeitos de concessões no espaço de integração ou em outra negociação, pelas considerações que estimar pertinentes, estratégicas ou de recursos naturais ou de direitos humanos, ou o que for. Então, eu gostaria de acrescentar essa reflexão, para que tenhamos presente a modalidade de listas positivas que é uma forma de negociar que dá a cada um de nós a plena condução da negociação e a certeza de não se ver em uma situação não desejada no momento de chegar a assinar um acordo em matéria de serviços na ALADI, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Também peço à Secretaria que tome nota disto para fazer uma espécie de aide-mémoire sobre o tema com os diferentes pontos que forem recolhendo do proposto por cada uma destas Representações, para o tratamento futuro deste tema. Agora definiremos tempos, o que está claro é que hoje não estamos todos preparados para levar adiante uma conversação sobre esta questão. A Representação do Peru, perdão.

Representação do PERU (José Antonio Rosado La Torre). Eu parabeneizei pela contribuição da Representação de Cuba, obviamente o vamos avaliar, penso que é um avanço e de uma ou outra maneira reflete o espírito que acompanha todas as Representações, espírito que também invoco, em especial, à Representação da Bolívia, porque os comércios de serviços são uma realidade na região, e levando em consideração a flexibilidade que se tentou impregnar a este projeto de resolução, que não significa compromisso para os países e também, de uma ou outra maneira, estabelece o que a Representação argentina acertadamente assinalou: não impõe modalidades de negociação, mas sim listas positivas nas quais cada país é soberano para determinar o que negocia ou não. Nesse sentido, reitero o interesse da Representação do Peru com as Representações da Venezuela e Bolívia para que avaliem, com espírito construtivo e de realidade que significa o comércio na região. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Penso que há consenso em postergar o tratamento deste tema para uma próxima sessão, não havendo nenhuma objeção a isso, passaríamos este tema para a reunião da próxima quarta-feira, 10.

Penso que circulou, estamos tentando organizar com a maior antecipação possível, as reuniões do Comitê, etc., para que cada uma das Representações tenha claro que dia 10 haverá sessão do Comitê, não haverá sessão no dia 17, porque se superpõe com a Reunião do Grupo de Mercado Comum do MERCOSUL e vai acontecer dia 24, e estamos aspirando a chegar a uma sessão também no 1º, ou seja, postergaríamos o tema serviços até a próxima semana.

De todas as maneiras, antes de postergar o tema, eu quero fazer uma pequena reflexão, que é a seguinte: parece-me que mandamos um sinal político muito ruim se a ALADI - onde estão reunidos todos os latino-americanos, onde amparamos todas as diferentes idéias - não puder tratar um tema desta natureza. Parece-me que mandamos um mau sinal político se dizemos “neste âmbito este tema não pode ser tocado”, porque, se não pode ser tratado na ALADI, não pode ser tratado em lugar algum, e me parece que não é esse sinal que queremos mandar de trabalho conjunto na região. Então eu digo isto como reflexão para que tenhamos em consideração ao debater o tema na próxima semana.

A Secretaria circulou o projeto de resolução que está submetido a consultas por parte da Representação da Venezuela, que foi o que acordamos antes sobre o tema de Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência, e a Delegação do Brasil e a Representação do Equador sugeriram tratar o tema de insumos. Não é isso o que o Brasil havia solicitado?

Em conseqüência, vamos tratar esse tema, ofereço a palavra para tratar essa questão. Como o Brasil sugeriu o tratamento do tema, suponho que tem algumas coisas para comentar inicialmente.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Gostaria de dizer que o Brasil está inteiramente de acordo com os seis pontos que estão incluídos aqui no texto, mas teria que fazer alguns ajustes nos primeiro e segundo parágrafos. Porém, com o conteúdo principal do texto, que são os seis pontos, estamos inteiramente de acordo.

O segundo parágrafo, por exemplo, não sei se poderia ser a idéia original, mas hoje penso que não estamos pensando em reunir extraordinariamente a Conferência no decorrer do primeiro trimestre de 2009. Penso que, desde lá já definimos mais claramente como vemos e para quando vemos a Conferência, que imagino que seja para este ano. Com relação ao primeiro parágrafo talvez depois pudéssemos fazer mais comentários, mas eu teria uns ajustes a fazer, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. Compreendendo este tema, quero assinalar que talvez para sair rapidamente do assunto, pudéssemos pôr, porque aqui está partindo da base de que haverá uma Reunião de Conselho de Ministros normal, depois a Conferência de Avaliação e Convergência e depois um novo Conselho de Ministros, então eu sugeriria que disséssemos no parágrafo segundo que o Conselho de Ministros se reunirá extraordinariamente dentro de 90 dias depois de concluídas as tarefas da Conferência de Avaliação e Convergência, uma coisa pelo estilo para não ver-nos obrigados a propor datas, tenho a solicitação de palavra da Bolívia, e depois novamente o Brasil. Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente, para cumprimentar a iniciativa do Equador, parece-nos um projeto de resolução que é amplo, que abarca o pensamento a partir de diferentes pontos de vista e para manifestar nosso acordo total com o projeto de resolução, com exceção, claro, do ponto técnico da convocatória ao Conselho de Ministros que, por sugestão da Presidência, é bastante adequada. Expressar nossa plena conformidade, inclusive com o ponto primeiro na redação que tem neste momento, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, a Delegação do Brasil novamente, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Estava olhando aqui, realmente não acredito, Presidente, que necessitemos do segundo parágrafo, porque dizer neste projeto sobre os insumos de quando será feito o Conselho não é verdadeiro, nós vamos fixar aqui, no Comitê, quando tivermos uma idéia de que há entendimento sobre tudo e segundo, que as propostas irão à Conferência de Avaliação. O próprio título diz: são insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência e está entendido que este projeto será aprovado pelo Conselho de Ministros Extraordinário, então entendo que o segundo parágrafo não é necessário. Essa é minha sugestão, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. Na verdade, concordo com o Brasil. Quando propus esta redação alternativa, fi-lo porque tento sempre com as pessoas tenham sempre um pouquinho de razão para que sejam aprovadas as coisas, mas, na verdade, penso que esse parágrafo segundo é desnecessário neste projeto de resolução. Então, se estivéssemos de acordo neste ponto para ir avançando, poderíamos eliminar o segundo parágrafo, não havendo objeções de ninguém, eliminaríamos, e parece-me que avançamos um passo a mais no sentido positivo, como não há observações, parece que estamos de acordo em eliminar o parágrafo segundo. Alguém mais tem algo a dizer sobre este projeto de resolução?

Porque parece que estamos a ponto de aprová-lo. Gostaria de concluir a tarefa. Já sabemos que o ponto dois foi eliminado, o ponto segundo, aceitando a sugestão do. Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente, como dizia sobre o primeiro parágrafo, aí voltamos à mesma discussão que tivemos há pouco, não sei como fazer, teria uma proposta que seria: “encomendar à Conferência de Avaliação e Convergência que, no marco da construção do Espaço de Livre Comércio, como um espaço de integração para o desenvolvimento” e aí estou mantendo a expressão espaço de integração para o desenvolvimento, ou seja, o Espaço de Livre Comércio é um primeiro passo para chegar a um espaço de integração para o desenvolvimento, com o qual todos estamos de acordo aqui, “apresente propostas que contemplem *inter alia*” e aí viriam os 6 pontos.

Vou repetir, senhor Presidente: “Encomendar à Conferência de Avaliação e Convergência que, no âmbito da construção do Espaço de Livre Comércio como um espaço de integração para o desenvolvimento, apresente propostas que contemplem *inter alia*.” e aí viriam os 6 pontos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Esta é a proposta do Brasil. A Bolívia está solicitando a palavra e com prazer a cedo.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente. Dado que estamos entrando no debate de fundo do tema, a Bolívia considera que o conceito, o termo

livre comércio, tal como mencionado em uma aguda observação do Equador, é um termo não somente desgastado, mas que, inclusive, no presente, já expressa em nosso entender alguma visão do que é a globalização, o processo de intercâmbio mundial, expressa inclusive uma visão política do mundo.

Portanto, assim como manifestado, e superado essas dificuldades no ponto anterior, atendendo ao que queremos, ou seja, deveríamos perguntar-nos isso, e está nisso precisamente o Tratado de Montevidéu: o que estamos construindo é um espaço de integração, estamos construindo a integração. Digamos que quando analisava este conceito de Espaço de Livre Comércio, obviamente salta aos olhos dos economistas o conceito de zona de livre comércio, que é um dos estágios técnicos para a construção de uma união aduaneira.

Dizer que nosso projeto de integração é um projeto exclusivamente comercial, parece-me que também, de alguma forma, contradiz as intenções que assinamos no Tratado de Montevidéu, porque é a busca de uma construção, de uma integração maior, além do estritamente comercial.

Na Comunidade Andina, foi elaborado um conceito para tentar expressar que a busca da integração não era somente comercial, e chamou-se, se bem me lembro, de integração integral, que ainda não termina de me ... mais pela cacofonia do que por outra razão, porque não é muito poético, mas a intenção desse conceito é que a integração vai além do comércio e, portanto, aí é onde eu tenho duas sérias razões para questionar este conceito - Espaço de Livre Comércio- primeiro porque, aparentemente, estaria nos subsumindo ou retrotraindo a uma orientação política determinada que foi muito identificada com esse conceito, por um lado no mundo.

E, por outro lado, a outra objeção que tenho é que simplesmente tenta refletir que a integração é estritamente comercial quando precisamente a integração deve transcender o comercial. Para estar sintonizados com os tempos modernos, nos quais os esforços que estão sendo feitos na UNASUL, os esforços de integração política cada vez têm mais importância em relação ao econômico, talvez devêssemos considerá-lo de outra forma. É por isso que cumprimentamos a proposta do Equador, porque em lugar de falar de um Espaço de Livre Comércio, fala-se de um espaço de integração para o desenvolvimento e me parece que se nós mudássemos o conceito, de Espaço de Livre Comércio a Espaço de Integração ou de construção da Integração, estaríamos refletindo mais fielmente, não somente o espírito original do Tratado de Montevidéu, o espírito original inclusive dos Libertadores que buscaram construir a Pátria Grande e toda esta corrente histórica que nos leva para a integração de nossos povos.

Portanto, nossa proposta é manter o texto como está, e inclusive o desafio que propomos, como Bolívia, é que pensemos em, eventualmente, uma modificação da Resolução 59 (XIII), no sentido de dar-lhe um contexto mais amplo ao que é esta construção da integração, e mudar esse nome para espaço de integração para o desenvolvimento, que me parece substitutivo e muito apropriado para definir o que realmente queremos fazer entre nossos povos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. Antes de continuar dando a palavra – cuja ordem é Equador, Brasil, México e Uruguai, até o momento- quero proporcionar alguma informação, produto de que me coube participar, como alguns outros dos que estão aqui, da redação da 59 (XIII).

Então, quero assinalar o seguinte: quando se utilizou a expressão Espaço de Livre Comércio, não foi por uma casualidade, se quis diferenciar o conceito de Espaço de Livre Comércio de zona de livre comércio, precisamente para que não tenha as implicações que estão sendo indicadas.

Entendo que para quem não tem a gênese deste tema, possa fazer uma associação simples entre zona e Espaço de Livre Comércio, mas deve deixar constância, e digo porque a Argentina foi um dos que pressionou para que não se utilizasse zona de livre comércio, porque eu quero lembrar as coisas, que parecem não ter relação, mas se não são mencionadas, pareceria que estamos falando que coisas diferentes.

Quando estávamos discutindo a 59 (XIII), de forma paralela se realizava a Cúpula das Américas no Mar do Prata, onde ficou absolutamente claro que a região, em seu conjunto, não queria saber nada de uma zona de livre comércio, nem queria saber nada com um TLC, nem com o ALCA.

Então, o que quero dizer é que a Resolução 59 (XIII) não está desprendida dessa realidade política, nem desses pronunciamentos políticos etc., isto digo porque não é bom - uma vez estabelecidas grandes linhas políticas e coordenamos e encontramos mecanismos que nos permitam trabalhar em conjunto - estar reabrindo as discussões desta natureza permanentemente.

Sobretudo que o tema já está resolvido, quando digo está resolvido, está resolvido ao mais alto nível da zona, pelos Presidentes da República, e isto já está encerrado. Então, se isto já está encerrado, para que nós vamos reabrir?

Digo isto porque penso que quando se lê simplesmente textos sem ter a história dos mesmos, pode ser interpretado de uma maneira diferente. Dito isso, passo a palavra ao Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Bem, sobre esse tema, é bastante polêmico e importante e há alguns critérios que discrepamos com o Presidente.

Nunca as coisas estão resolvidas em economia, em filosofia, nem em nenhum tema entre os seres humanos. Os temas refletem os consensos de uma época que às vezes são consensos muito conservadores ou de uma corrente, mas jamais estão resolvidas. Enquanto existirem seres humanos, está aberta, e ainda mais agora que, depois da aprovada a Resolução 59 (XIII), a consciência coletiva da América Latina está mudando, e parece que vai mudar muito mais sobre esse ponto.

Esta palavra de livre comércio tem uma conotação ideológica, não agora, desde que foi usada no Século XIX, foi a ponta de lança dos Impérios Ingleses e logo depois norte-americanos para obrigar os países a abrir os mercados para o comércio. Tem essa raiz histórica não recente, muito distante, e por isso é que tem esse rumo imperial esta palavra que deve nos surpreender.

Inclusive, na década de 40, 50 e 60, os maiores economistas da América Latina de tendência progressista lutaram contra isso. Arturo Jauretche, na Argentina, tem ensaios frente a essa ideologia do livre comércio como uma ideologia antinacional e o mesmo Celso Furtado e outros economistas que estavam lutando por mercados para nós. A arma de fora ideológica, porque esta é uma palavra ideológica, é uma palavra de política econômica até agora e, mais do que em 2004, agora se quer usá-la mais, com mais força, tem maior conotação daí as discussões de Doha e outras.

Porque se quer que haja um livre comércio que favorece sempre aquele que tiver um maior desenvolvimento da infra-estrutura interna, que quer abrir o dos mais fracos para meter-lhes todos os produtos.

Então, penso que sim, que são expressões que se usam como arma ideológica, aparentemente inócua quando falamos da liberdade e do livre comércio, mas detrás dessas palavras, muitas vezes, está o contrário. Penso que é válida esta discussão, e para estabelecer distância da mesma palavra que querem nos enrolar, conceitualmente capturar nessas redes ideológicas usadas em todos os campos, e na guerra econômica que estamos vivendo.

Por isso a expressão anteriormente apresentada antes desta resolução era uma forma para estabelecer um mercado regional mais válido - acredito, pela situação atual - que o livre comércio, que pareceria mal interpretando, dando lugar a que qualquer país do planeta, como eles estão propondo o livre comércio em outras partes, também se sintem com o direito de entrar ao livre comércio de um mercado regional ou de uma integração que é nossa, que estamos buscando, não a integração do planeta, que essa é outra instância na medida que forem respeitados os países e as integrações regionais.

Então, penso que nós temos que cunhar uma expressão feliz, coletiva, que reflita os interesses regionais, mas penso que, desafortunada - porque aí há muito gato por lebre - há muito contrabando ideológico, econômico nessa expressão de livre comércio. Então, creio que esta discussão é válida, mas nesse caso compartilho o critério da Bolívia, e o Vice-Ministro do Equador considerou a necessidade de que usemos expressões que reflitam os países que querem ter autonomia, desenvolvimento próprio frente aos outros colonizadores que, entre outras armas, usam essa ladainha de livre comércio que é, como disse Gregorio Selzer, outro que esteve contra isto, é um comércio entre as sardinhas e o tubarão, para que o peixe maior coma ao menor.

Penso que é a época de elaborarmos instrumentos, resoluções que reflitam o novo nível de consciência dos povos, e penso que pelo menos por um tempo não será algo que vai acabar, mas sim que vai se consolidar, como se nota claramente na América Latina, Então inclinamo-nos a que se use outra expressão que já tem uma história de mais de 100 anos dos melhores lutadores da América Latina e dos países colonizados. Para abri-los e para dominá-los se usou essa bendita expressão -sempre usada pelos colonizadores-, isso nós não usamos e, portanto, vale a pena que repensemos o termo neste momento de grande debate mundial. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. O Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Estou de acordo com o Embaixador do Equador, se é para caracterizar que o livre comércio é nosso, sem influências externas, ponhamos: "O Espaço de Livre Comércio para a região" ou algo assim, ficaria mais claro dizer que o Espaço de Livre Comércio é nosso, que vamos constituí-lo entre nós, não vamos constituir um livre comércio com os demais, eu penso que não poderia ser mais legítimo fazer algo assim. Agora, como o senhor disse, Presidente, negar que a expressão Espaço de Livre Comércio, a Resolução 59 (XIII) a qual o senhor se referiu, essa foi a decisão dos Ministros no próprio Conselho, no penúltimo Conselho celebrado em 2004 e, justamente, digo isso à Bolívia, expressamente a Resolução 59 (XIII), tem por título "Bases para a conformação de um Espaço de Livre Comércio", então, o mesmo Chanceler que esteve na última Reunião do Brasil estava aqui em 2004 e foi ele que negociou esta Resolução 59 (XIII), e quando veio para cá, e começamos a trabalhar todas essas Resoluções que estão aí, inclusive as Diretrizes, também Serviços, Regras de

Origem, Salvaguardas, todas as outras resoluções foram feitas sobre a base do que os Ministros nos encomendaram a Resolução 59 (XIII), sob o título “Bases para a conformação do Espaço de Livre Comércio”, refletir, como disse o Embaixador do Equador, e com toda a razão a atualidade, penso que estamos fazendo-o, começar a trabalhar sobre uma coisa que é importante, que faltava realmente na ALADI, que é a dimensão social, e estamos justamente discutindo os insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência sobre todos os aspectos sociais que esta integração deve conter.

Penso que, se estamos refletindo perfeitamente a atualidade, ou seja, as necessidades ou as realidades de hoje, o que não podemos fazer é trabalhar sobre algo e dentro de 2 ou 3 anos destruir o que nós mesmos fizemos há 2 ou 3 anos, o que nós mesmos aprovamos. Penso que devemos construir sobre o que fizemos e não destruir o que fizemos para substituir por outras coisas. Penso que, ao incorporar a dimensão social na ALADI, estamos acrescentando um enriquecimento da integração muito importante, mas, por favor, não vamos destruir o que nossos próprios Ministros decidiram e puseram como título de sua Resolução principal, que é a 59 (XIII): “Bases para a conformação de um Espaço de Livre Comércio”, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. México, Uruguai, Chile, Bolívia e Cuba. O México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Obrigado, Presidente, além da opinião de cada um, penso que aqui estamos reunidos em um espaço ALADI muito querido para todos nós, que não exclui dois membros da família latino-americana, repito, latino-americana e que, portanto, tem um enorme valor porque congrega muitos países da América Latina. Penso que devemos ver a ALADI com muita compaixão -no bom sentido da palavra- e com muita vontade de mantê-la e revitalizá-la.

O debate não é fútil, nós, economistas, e vejo um querido colega de muitos anos, sabemos que é um velhíssimo debate, devo corrigir um pouquinho meu colega equatoriano, o debate começa nos Séculos XVI, XVII, com a Ilustração escocesa e pessoas do porte de Adam Smith e David Ricardo, daí começa a discussão e por certo no edifício marxista não há uma oposição direta ao livre comércio, e continua e está vigente, está por Krugman, há muitas pessoas discutindo o tema e seria maravilhoso se pudéssemos encontrar um espaço e falar e discutir esse tema. Penso que este lugar não é o foro para esse debate, que excede o que fazemos cotidianamente.

Nós estamos aqui porque assinamos o Tratado de Montevideú, que não é letra morta, é letra viva que pode mudar e evoluir e nisso estamos empenhados. Mas aceitemos que temos diferenças e que talvez no dia de amanhã venham outros latino-americanos mais generosos que nós, menos excludentes e menos fracionários que nós e façam a integração. Eu penso que isso irá acontecer, porque é tal a acumulação de força em outras regiões que vamos estar forçados a isto, e estou pensando na Ásia, sobretudo na Ásia do leste.

Mas esse também não é o tema mais pontual e prosaico que hoje nos reúne, que é uma simples recomendação para um evento no futuro, para que um grupo se sente e discuta, então, nesse sentido, e uma vez mais, em ânimo conciliador, em ânimo de buscar espaços e pontes de construção de consensos, nós pensamos que simplesmente pôr em minúsculas e não em maiúsculas para não dar a idéia de que há algo já mandatado *a priori*, podemos viver muito bem com a idéia do espaço de integração para o desenvolvimento, não causa a nós, mexicanos, nenhuma urticária, causa-nos alguma dificuldade que esteja em maiúsculas porque dá a impressão de que está pré-negociado.

Agora podemos, no dia de amanhã, chegar à Resolução 67 e a ter em maiúsculas, perfeito, mas não agora, deixemos em vez de maiúsculas, minúsculas, e devo dizer que estou de acordo com meu colega brasileiro, mas penso que a Resolução 59 (XIII) está vista na introdução, então, para não discutir indefinidamente, deixemos a 59 (XIII) e obviemos aqui a menção específica da palavra livre comércio, que causa muita dificuldade, respeitosamente, a colegas, e para avançar deixemos simplesmente em minúscula, espaço de integração para o desenvolvimento. Nós não teríamos problemas com isso, penso que a alusão à Resolução 59 (XIII) está contemplada nos vistos e podemos avançar para ver como nos resulta isto, senhor Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, México. Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Uma breve reflexão. Eu gostaria de destacar que no caso do Uruguai, a frase Espaço de Livre Comércio regional não desperta absolutamente nenhum desgosto, pensamos que é compatível.

Estamos de acordo com o considerado tanto pela Bolívia como pelo Equador, a proposta do nível da discussão e os lugares da discussão onde deveria ser levado a cabo este tipo de coisas, como acaba de considerar o México. Entendemos que o livre comércio como tal não é o Espaço de Livre Comércio, o livre comércio como tal foi utilizado de maneira interessada, da Revolução Industrial em diante, sobretudo por parte de potências dominantes para provocar um incremento das assimetrias em âmbito mundial. Entendemos todas as vicissitudes e as críticas que podem ser feitas a esta idéia econômica levada a qualquer preço para o intercâmbio entre economias muito assimétricas.

Agora, pensamos que o livre comércio regional já vai no mesmo sentido que se propõe o primeiro artigo do Tratado de Montevideu. O Tratado de Montevideu 1980 tem como objetivo a longo prazo o estabelecimento de forma gradual e progressiva de um mercado comum latino-americano, que é muito mais do que temos chamado modestamente em algum sentido Espaço de Livre Comércio. E porque o Espaço de Livre Comércio regional não nos desperta maiores ressentimentos em nosso caso.

O Uruguai, e penso que com isto certamente temos semelhanças e paralelismos com o resto dos países-membros da ALADI, tem uma exportação, um comércio com o resto dos países latino-americanos de 56 por cento de seu comércio é comércio de manufaturas.

No caso do resto do mundo, o comércio de manufaturas para o Uruguai, e creio que, com isto repito casos de outros países da ALADI, é 13% e isto foi obtido com base na liberalização comercial que realizamos com os demais países da ALADI e, sobretudo, com os países do MERCOSUL, que é com os que mais avançamos em termos de liberação comercial, quer dizer então que o comércio entre países de semelhante nível de desenvolvimento e em que nos outorgamos preferências limitantes para outros países não membros da Associação foi um tipo de comércio que nos favoreceu amplamente e foi com base na liberalização do comércio entre nós e que generosamente nos demos, uns aos outros, e nos apoiamos para poder desenvolver setores que, em outras condições não teríamos podido de nenhuma maneira desenvolver.

Neste entendimento, nós acreditamos, é a posição do Uruguai, que um Espaço de Livre Comércio regional não pode mais que favorecer-nos em nosso desenvolvimento econômico futuro e assim o vem demonstrando a experiência desde 27 anos.

Entendemos sim, tal como manifestava o Embaixador do México, que não temos nenhum tipo de problema com um espaço de integração para o desenvolvimento, não

temos inconveniente em que possa ser, eventualmente, utilizada essa expressão, se for o consenso e a forma de construir consensos para avançar, não teríamos nenhum problema nisso.

Somente para terminar, reiterar que compartilhamos as críticas feitas aqui para a utilização indiscriminada do livre comércio a nível mundial. Entendemos, no entanto, que Espaço de Livre Comércio regional sim é algo que deveríamos resgatar e deveríamos aprofundar no entendimento de que em seu seio também estamos incorporando a dimensão social da integração, que é o que nos ocupa precisamente nestes momentos e não é nada incompatível com a condução dos conceitos que viemos desenvolvendo até agora e que foram, em diferentes momentos encomendados a nós pelas nossas autoridades superiores. Desde o Tratado de Montevideu 1980 até a Resolução 59 (XIII). Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Vou-lhes comentar que temos anotados Chile, Bolívia, Cuba, Equador, Venezuela e Peru.

Permito-me fazer uma reflexão, este debate é riquíssimo, muito interessante, valioso, mas também quero dizer-lhes que o melhor exemplo que a ALADI pode dar é a ação, não somente debate, porque viemos debatendo há mais de 150 anos, já sei que não está encerrado o debate, nunca estará encerrado, como assinalou o Embaixador do Equador, mas como temos a obrigação de produzir algum resultado, sugiro que depois que fecharmos a lista de oradores, vamos a uma resolução sobre este ponto. Obrigado. Chile.

Representação do CHILE (Camilo Navarro Ceardi). Obrigado, senhor Presidente. Tentando resumir todas as intervenções, penso que ninguém discutiria que o termo livre comércio foi manuseado, ou seja, claramente tem uma carga “ideológica neoliberal” se o vemos em termos de neoclássica, mas acredito que o entendimento que todos temos aqui também é o mesmo.

Como dizia o Embaixador Rodríguez, é sobre o livre comércio regional ou latino-americano, nem sequer então falemos de regional, porque talvez seja possível ter alguma discussão sobre qual é a região em si, nesses termos - e tentando avançar – é-nos cômoda a palavra Espaço de Livre Comércio regional ou latino-americano, não sei, teríamos que começar a revisar todos os textos, temos em todas as resoluções, em parte de novos acordos, o importante é que temos claro o entendimento ou falamos, como dizia México, realmente voltamos ao texto em minúscula de espaço de integração para o desenvolvimento, que também não complica. Ou como deixou entrever o Embaixador Rodríguez, voltamos mais atrás do Tratado de Montevideu 1980, que é mais amplo, mas bem, falemos de um estabelecimento do mercado comum latino-americano. Digamos “MERCOSUL”, mercado comum latino-americano para tentar avançar, entrar na substância, como dizia o Presidente recentemente, está na ação, não fiquemos na semântica prévia que nos impeça de dar o próximo passo, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Chile. Ofereço a palavra à Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente, obrigado às Representações. Efetivamente, o Chile tirou as palavras de minha boca, porque precisamente quando eu estava pensando quando estávamos debatendo o tema do livre comércio, dizia bem, o MERCOSUL se chama mercado comum do sul e obviamente não diz mercado livre do sul.

Então, penso que a conotação não é menor, creio que esta reflexão é muito útil que exista esta Conferência de Avaliação e Convergência porque precisamente não é um tema menor, é aí onde devem ser discutidas estas grandes orientações da integração e onde têm que ser produzidos estes novos projetos que vão estabelecendo precisamente o destino deste processo de integração.

Quando se revisa o Tratado de Montevideu, agora o estava revisando, conceitos como “comum” estão presente aqui, não diz livre em nenhuma parte, e há conceitos como “integração para o desenvolvimento” que é o conceito resgatado pelo Equador no projeto de resolução que nos foi proposto, e que nos parece muito adequado e eu não gostaria de entrar em uma discussão, de dizer que tem mais valor se a 59 ou o Tratado de Montevideu, que foi primeiro. Não tem sentido entrar nesta discussão, porque obviamente, como bem diziam na Mesa, a realidade é dinâmica, vai mudando.

Penso que todos sabemos que em vários de nossos países está em curso um processo de mudança, por isso eu não posso aceitar e, pediria ao Embaixador do Brasil que não voltasse a mencionar o assunto, porque quero informar ao Embaixador do Brasil que na Bolívia houve uma processo de mudança, uma ruptura.

Em 2006, iniciou-se um novo Governo, mas que não é um Governo a mais, e sim é um Governo que pretende uma mudança estrutural total, e obviamente nosso princípio básico é não desconhecer os acordos internacionais que assinamos, não vamos desconhecê-los, mas não vamos deixar de criticá-los e dizer que foram mal assinados, foram contra os interesses do país em muitos dos casos, e temos muitos exemplos na Bolívia de muitas coisas que governos neoliberais assinaram - coisas que, obviamente, o Governo atual questiona - e fazemos um esforço para mudá-las. Afinal, faríamos mal em aceitar todas as coisas que foram mal feitas no passado.

No passado, houve muitas coisas mal feitas e agora estamos em um processo de mudança para modificar isso, porque é um mandado dado por nosso povo. Nosso povo votou 53% pelo Presidente Evo Morales para que faça uma mudança radical e estrutural e o ratificou com 2/3 há poucos dias para que continue fazendo essa mudança radical.

Nosso povo nunca esteve de acordo com que as empresas de hidrocarboneto sejam entregues e dadas a capitais norte-americanos, e por isso nosso povo subiu de 52%, a 2/3 agora no apoio porque foi uma das coisas que fizemos e era algo que nosso povo esperava, que demandava, inclusive tivemos muitos mortos nas sucessivas guerras da água, do gás, para a recuperação de nossos recursos naturais.

Portanto, é importante anotar que não posso pedir a nenhum país aqui, ou lembrar nenhum governo aqui presente que um governo anterior fez tal ou qual coisa, porque obviamente os países são soberanos e agora, neste momento, a Bolívia está tomando decisões contrárias ao que assinaram precisamente alguns de nossos Chanceleres dos governos liberais.

Desculpem-me, não quero reabrir esse debate, mas sim a necessidade de que nos respeitemos entre países, não é porque um Chanceler neoliberal tenha assinado algo ou um Presidente neoliberal tenha entregado as empresas hidrocarboneto que vamos dizer que o fez bem.

Nós o questionamos e nos machucaria muito que outro governo de outro país amigo venha e nos diga o que o Presidente anterior fez ou o Chanceler anterior fez estava bem feito, porque isso é algo que somente pode ser julgado pelos bolivianos.

Penso que nesse âmbito temos que relacionar-nos nestes foros, reconhecendo que há processos de mudança, reconhecendo que as posições dos países vão se ajustando ao processo histórico de cada parte.

Nesse mesmo sentido, e passando ao ponto do liberal, isto é, obviamente quando se diz livre comércio, reflete-se uma posição, uma visão liberal das coisas. Por que não chamar o mercado comum do sul, por que não utilizar a palavra integração comum, uma palavra que não tenha uma conotação ideológica?

Lembro-me de quando era criança e tentava entender qual era a diferença, na Bolívia havia uma bebida que se chama “cuba libre”, então eu dizia “claro, é de Cuba que vem, mas resulta que tinha outra conotação, “cuba libre” vinha de Miami, Estados Unidos, e então os bolivianos que tomavam sua “cuba libre” tinham uma idéia, e havia outros bolivianos que pediam de outra forma essa bebida, de tal forma que também há uma carga ideológica, como vêem, e é com a mesma palavra, os únicos que fomentam a liberdade, quem são? Os norte-americanos? E me pergunto, ou seja, eles são os que fomentam, tudo é livre para os norte-americanos, claro porque a liberdade, entendida assim, é conveniente.

Na Bolívia temos uma grande discussão agora sobre a liberdade de imprensa, se a liberdade de imprensa inclui a possibilidade de destruir uma vida, de obrigar uma pessoa a se suicidar, com uma hostilidade permanente através do supostamente livre, o que se pode chamar de libertinagem, dizer o que se quer nos jornais, insultar o Presidente e as autoridades – insultam-nas diariamente -, e está dentro do âmbito da liberdade, ou há alguma restrição para isto?

É um debate permanente, mas, obviamente, há uma conotação ideológica no termo, e essa é a razão pela qual nós nos sentimos muito cómodos com o Tratado de Montevidéu, porque não há essa conotação ideológica, ao contrário, fala-se de integração. E a integração vai muito além de pensar no livre, porque se nós dizemos livre comércio, estamos esquecendo - e aí é muito importante o que resgata o Equador - que o termo integração para o desenvolvimento significa que temos que considerar assimetrias, dar um tratamento especial e diferenciado, não somente aos países. Agora estamos pensando que deveríamos dá-lo também às regiões mais pobres, inclusive dentro dos países ricos há regiões pobres.

Então, quando se fala de livre comércio, esquece-se de toda essa outra parte, e quando se fala de integração para o desenvolvimento, de uma visão de integração do mercado comum, de estabelecer um destino comum entre nossos povos, são coisas absolutamente louváveis que nós compartilharemos, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. Cuba, Equador, Venezuela e Peru solicitaram a palavra.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Resta pouco a dizer, mas realmente como nossa Representação considera oportuno enfatizar que o debate realmente não está resolvido, o que foi evidenciado pelo próprio Conselho de Ministros de 11 de março.

Consideramos que há duas visões em relação à integração, independentemente de que o processo de 11 de março tenha avançado, mas continuam existindo visões - e sim, deve continuar existindo o âmbito para seguir conversando em relação a isto e nutrir a integração. Penso que esta é a razão da Conferência de Avaliação e Convergência, se tentamos subsumir este texto com outra terminologia penso que vai contaminar uma visão.

Nós realmente consideramos que este texto, primeiro o manifestamos assim na Reunião de Vice-Ministros e o subscrevemos no sentido de que representa outra visão. Estamos de acordo com o pilar comercial, isso não negamos, mas consideramos que este texto, inclusive esta terminologia com maiúsculas, nós a subscrevemos, mas será uma posição que sustentaremos na Conferência de Avaliação e Convergência e em todo o processo sucessivo.

Em resumo, o que queria dizer, em relação a este projeto de resolução, é que estamos de acordo, a partir da supressão deste segundo parágrafo, com a totalidade do texto tal qual está, incluídas as maiúsculas. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. Tem a palavra o Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Um pequeno esclarecimento que considero importante. Quando o Embaixador do México falou que Adam Smith e David Ricardo discutiram sobre o tema, bem, eles o discutiram, como quando nós éramos colônia e quando muito poucos pensadores na América Latina tinham a consciência de nós éramos algo diferente de ser pertence da Europa, e quando Krugman e outros norte-americanos analisam isto me parece bem, mas eles são norte-americanos e nós temos que tratar o mesmo tema, ou seja, não devemos eximir-nos porque outros o fizeram, e mais ainda, temos que pensar -nós mesmos- a partir de novas perspectivas.

E logo depois, duas observações, ao Presidente e ao Representante do Chile. Disse textualmente o Representante do Chile: que a substância está na ação e que coincide com o que diz o Presidente, que devemos conversar menos e agir mais.

Eu não compartilho esses critérios porque em nossa vida pessoal, nos países e nas organizações, tomamos decisões e, lamentavelmente, quando se pensava de que servem essas ações, eu creio que quando há escassez de recursos temos que pensar muito mais para que essas ações estejam a nosso serviço.

Penso que deve ser discutido, examinado e, quanto mais for feito, melhor para que essas ações não sejam contrárias aos nossos povos, como aconteceu muito no passado. Finalmente, penso que este é um espaço para conversar, discutir e enriquecer a integração, como considera a Embaixadora de Cuba, retomo o que pensava, mas já o expressou, se não o fizermos aqui, estaríamos nos negando como sujeitos pensantes.

Então, outros podem fazer, as Chancelarias, os pensadores, os economistas, a cátedra, os historiadores, mas nós também devemos pensar. Inclusive, esta discussão proposta pelo Brasil, penso, é muito rica, porque estamos discutindo palavras que não são palavras sem substâncias nem cascas vazias, como diria Álvaro Yunque, são palavras que representam conotações de novas concepções, de novas aberturas, então não é uma questão de uma palavrinha a mais, uma palavrinha a menos, são questões que têm fundo e cada vez que se apresentem nos documentos, nos instrumentos comerciais e existam estas dúvidas sobre determinadas palavras, temos que revisar o que fizemos ou fazer - e também já foi considerado pelo Representante da Bolívia – por mais que o tenha considerado, vou dizê-lo de novo, desde 2004 para cá alguns governos mudaram.

No caso do Governo do Equador é o mesmo, a consciência que há na Bolívia penso que não estava representada, não são os mesmos os que estão agora; entendo que a consciência que refletirá o Paraguai não será a mesma que no governo anterior, e assim irão se produzindo mudanças na América Latina que têm que ser refletidas nas expressões soberanas dos países aqui, sem impor nada a ninguém temos que ser Representantes dos

anseios de nossos povos, de nossos povos como nações e também a serviço da integração latino-americana, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. A Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Muito obrigada, Presidente. Para nós, para ser um pouco pontual, tendo em vista o debate que foi reaberto de temas que sempre que são propostos nos levam às discussões iniciais.

Para nós, em princípio, não teríamos problemas em aceitar a Resolução eliminando o parágrafo 2, se assim diríamos há um consenso sobre isso e entendemos que esta Resolução tem uma origem que, para nós, permitiria aceitá-la tal qual está.

Penso que o debate se deu naquele momento a propósito do Conselho de Ministros. Há algumas reiteraões que vão nos empatar outra vez em uma resolução como esta, mas nós não teríamos nenhum problema em aceitá-la como está, inclusive com a sugestão do Embaixador de México, em termos de maiúsculas, e penso que o importante é resgatar desta Resolução um debate que tem a ver -que também está plasmado nos considerando-que está nos Tendo em Vista, nas Resoluções, no Tratado de Montevideú, diríamos, sendo o guarda-chuva máximo desta Instituição e lembrando que nem o Espaço de Livre Comércio, nem o mercado comum latino-americano são fins em si mesmos, mas sim o desenvolvimento dos povos em suas dimensões econômicas e sociais supera tudo isso e é o propósito máximo de instituições como a ALADI. Penso que esta Resolução tenta resgatar o espírito complementar deste componente que está aqui, entendendo, também, que acabamos de discutir uma resolução onde se concentra o ponto fulcro que é o Espaço de Livre Comércio em acesso a mercados.

Isto é, fizemos esforços, e a Venezuela foi clara nisso desde o princípio, onde mantivemos nossa reserva, mantemo-la e está em consulta enquanto vemos e revisamos o texto anterior, e creio que a origem desta Resolução, o debate que se deu naquele momento, e que se tenta retomar, faz-nos dizer que a assumimos tal qual está. Não temos problemas com a inclusão das maiúsculas, mas sim resgatando que esta Resolução tenta dar visibilidade, diríamos, que o Espaço de Livre Comércio e o mercado comum latino-americano são fins em si mesmos e que a ALADI tem que dar um espaço de reflexão na Conferência sobre isso, e estão assinalados uns temas com os quais estamos de acordo e parece que há consenso sobre isso, inclusive quando se redigiu este projeto de resolução se teve o cuidado de assinalar os documentos onde o espírito e o desenvolvimento, como está aqui, econômico, político, social, cultural, equilibrado etc. se abarca.

Então penso que reeditar discussões, além do conceitual que já foram feitas e que vão nos travar ou limitar alguns consensos, creio que, neste momento, Presidente, para nós seria lamentável, fizemos esforços em uma resolução de muito peso para algumas Representações, como é a que acabamos de revisar referente aos temas substantivos do Espaço de Livre Comércio e, sobretudo, a acesso a mercados. Então, considero que devemos dar a bondade a esta resolução de deixá-la, aliviá-la desse peso porque justo o espaço de reflexão é para ver que a integração é mais do que comercial, tendo em vista como estão os considerando da Resolução.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. O Peru tem a palavra.

Representação do PERU (José Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. O Peru reconhece que há diferentes visões na Organização e o respeita, sem dúvida alguma.

Nós estamos realmente de acordo com o fato de que se tenha suprimido o parágrafo segundo, e penso que no que constitui os insumos, de uma ou outra maneira, abarca nossas aspirações sobre esse tema.

A Representação do Peru espera que não empatemos neste ponto do primeiro parágrafo, no entanto também queremos enfatizar uma inquietude que percebemos.

O Espaço de Livre Comércio é um mandado reconhecido na Resolução 59 (XIII), que obviamente além das disciplinas próprias do Espaço de Livre Comércio também reconhece outras, é a construção de um mercado comum estabelecido no Tratado de Montevidéu.

Agora, com inquietude, vejo particularmente o fato de que não obstante nós respeitemos visões diferentes, de uma ou outra maneira, vejo com preocupação a percepção negativa que se tem contra um processo reconhecido pela própria organização, que é o Espaço de Livre Comércio. Acreditamos que entrar em um debate de penalizar cada menção ao Espaço de Livre Comércio que tenha nos documentos e resoluções desta organização obviamente não será positivo para a Organização. Consideramos que o Espaço de Livre Comércio, como já foi manifestado por diversas Representações aqui, não tem nenhuma conotação ideológica nem nada parecido, ou seja, somente cria um espaço que nos enriquecerá e nos beneficiará, dependendo de nossas políticas e visões a margem de todas elas.

Então, eu invoco as Representações, todas, a que realmente não convertamos a palavra livre comércio em algo negativo dentro da Organização, ainda mais quando existe uma resolução específica sobre este tema que é a Resolução 59 (XIII), que de uma ou outra maneira é um mandado para todos nós. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. O México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Presidente, gostei muito da forma com que Cuba e Venezuela apresentaram a resolução, penso que há riqueza suficiente nos seis pontos para que criemos obstáculos em outras discussões. Penso que um tendo em vista onde esteja a 59 (XIII) pode poupar muitas horas de discussão, ou um tendo em vista com o Tratado de Montevidéu pode poupar muitas horas de discussão, e conduzir esses temas que são *desideratum* com muita substância de forma prática, no qual vamos ter discussões muito importantes.

A objeção sobre as maiúsculas não é menor, pois dá a impressão de que há um acordo prévio, porque já se põem em maiúsculas palavras, mas o México não vai perder o sono se ficam as maiúsculas, já que isto fica registrado *on the record*, e no ânimo de avançar nós estamos mais contentes sem as maiúsculas, mas também não fazemos uma objeção de fundo se permanecem as maiúsculas, e assim não falei nada diferente do que meus colegas de Cuba e da Venezuela disseram.

Sim, tenho que referir-me, porque fica no *record*, a duas coisinhas menores, meu colega da Bolívia faz uma alusão a possíveis nomes da evolução disto, que chamou Mercado Comum do Sul, primeiro penso que há o MERCOSUL, e segundo, se o sul começa em Tijuana, com muito prazer, mas do contrário, não, meu querido amigo, penso que está de acordo comigo, isso é um tema que creio ser uma pontualização amigável, não tem maior discussão. E uma referência ao meu estimado colega do Equador, com o qual não pretendo polemizar e levar muito tempo, eu fiz uma alusão histórica simplesmente, o senhor Adam Smith e o senhor David Ricardo enriqueceram profundamente o espírito

humano e são dois grandes economistas, e como todos ficaram parcialmente superados, e deles nos valem para continuar pensando.

Tomara que a América Latina volte a ter mais Raúl Prebisch e Celso Furtado, e espero que os jovens latino-americanos estejam lendo e fazendo muitos trabalhos de economia sérios, temos que ver publicações a respeito. Mas as idéias não têm nacionalidade, e devo dizer que, com base no livre comércio, o império Britânico abriu a China de forma brutal, levou depois o ópio, finalmente com o ópio conseguiu abrir a China. Mas agora a China reverte, cento e pico de anos depois, e é o mundo que estamos vivendo, é o mundo descarnado, duríssimo que estamos vivendo, onde eu penso que a força da história vai nos levar a uma integração latino-americana. Talvez não seja nossa geração, talvez seja a próxima, mas não faltará muito para que nos integremos, porque se vemos o filme global, a América Latina permanece como uma grande unidade cultural, histórica e de alguma maneira também política e geográfica. Então eu não tenho pessimismo em longo prazo, tenho angústia em curto prazo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do México. Penso que debatemos longa e extenuadamente toda esta temática, estamos falando de um projeto de resolução no qual se dão Diretrizes a uma Conferência que vai rediscutir todos os temas e, francamente, parece-me que não devemos fazer disto uma questão essencial, porque não o é, além de todos os pontos de vista vertidos.

Penso que, se conseguirmos sair disso, volto a repetir o que em um momento dissemos “rapazes, fechemos a ALADI”, se não pudermos nos pôr de acordo em uma coisa de terminologia de um projeto de resolução que vai ao Conselho de Ministros para uma Conferência de Avaliação e Convergência, francamente me parece que não é um bom sinal político da região, e penso que sempre, apesar das diferenças que possam existir entre nossas próprias visões conjuntamente, devemos fazer os esforços necessários para que a ALADI, o organismo de integração mais antigo, seja preservado, que tem a flexibilidade para manter cada um de nossos países, que já vinham com opiniões diferentes, porque quando foram produzidas determinadas incorporações não pensávamos todos da mesma maneira, então a sabedoria me parece que consiste neste conjunto de Representantes em manter a tradição da ALADI de flexibilidade e convergência.

Dito isso, aqui temos duas alternativas, uma é e me parece que não estamos longe da solução, qual seja, aceitar o temperamento proposto, já ficamos de acordo em que o artigo segundo fosse eliminado, o tendo em vista que indica o Embaixador do México está dito na resolução, porque diz, “... tendo em vista o Tratado de Montevideu de 1980 e as Resoluções 59, 60 e 61”, com o que estamos dando o marco referencial, político que devemos trabalhar, penso, com franqueza, que não deveria ser dificultoso aceitar a redação proposta pelo Equador, coincido que seria bom, mas também não vai nos tirar o sono, que passássemos à minúscula “ no espaço de integração para o desenvolvimento” porque pôr o título em maiúscula pareceria que esse espaço já está definido, e na verdade não está definido, precisamente estamos nos reunindo para ver como será constituído.

De tal forma submeto à consideração do Comitê a aprovação da resolução, eliminando o artigo segundo, tal qual propôs o Brasil, com a redação feita pelo Equador, corrigindo as maiúsculas, tal como propôs o México.

Vou submeter isso à votação e depôs cedo a palavra à Representação da Bolívia. Perdão, Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Quero fazer uma moção de que modifique a fórmula de votação, porque não reflete o que realmente está ocorrendo Presidente.

Há vários países que dizem que não vai lhes tirar o sono ter as maiúsculas, e há outros que querem as maiúsculas. Então, sua fórmula de votação, parece-me, não reflete esse fato, Presidente.

PRESIDENTE. Perdão, eu não havia registrado nenhum país que dissesse que perdia o sono em manter as maiúsculas, quando Cuba disse que não tinha inconvenientes, não escutei outra Representação, agora se a Bolívia diz que perde o sono por tirar as maiúsculas, ponho à votação os dois textos, um com maiúsculas e outro sem maiúsculas. Está de acordo com isso, Bolívia?

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Não, Presidente. Ou seja, perdão pelo diálogo, mas, claramente, o Equador, a Bolívia e Cuba manifestaram que queriam as maiúsculas, e há outros países que disseram que não iriam perder o sono pelo fato de não haver maiúsculas. Penso que essa é a interpretação adequada, isto é, há três países que estão de acordo com o texto com as maiúsculas, outros países não se incomodam, Presidente.

PRESIDENTE. Perfeito, Bolívia. Por isso digo que vou submeter as duas versões à votação, aqueles que não se incomodarem dirão “não me incomoda”, aqueles que dizem “me incomoda”, o dirão e, em função, disso diremos uma expressão ou a outra, porque se não eu, a priori, estou decidindo que a opinião de três países prima sobre a dos outros nove.

Se digo que a opinião da Bolívia, do Equador e de Cuba é a que deve prevalecer, estou adotando a decisão pelos demais nove países. Parece-me lógico que submetamos as duas propostas à consideração do Comitê, e que o Comitê resolva se quer uma redação ou a outra. Isto é o que me parece que corresponde, mas estou de acordo em escutar outras propostas. O Brasil pede a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Outra proposta, por certo não é outra proposta, mas duas ou três Representações, inclusive penso que a Bolívia disse que seria opcional concordar com a expressão “mercado comum latino-americano”, que é o artigo primeiro do Tratado de Montevideu, mercado comum latino-americano, por que não colocamos isso e terminamos? Ou seja, “Encomendar à Conferência de Avaliação e Convergência que apresente propostas à consideração do Conselho de Ministros no âmbito de um mercado comum latino-americano que contemplem *inter alia* os seis pontos”, foi a proposta de algumas Representações que, eu saiba, não recebeu objeções.

PRESIDENTE. A proposta do Brasil é satisfatória. A Bolívia, Cuba e depois a Argentina.

Representação de CUBA (Marielena Ruíz Capote). Somente para dizer que estamos de acordo, tal como visto o documento, discutido, e na Reunião de Vice-Ministros, como se considerou no Conselho e como apresentamos aqui na intervenção, com as maiúsculas, porque coincide com nossa visão, mas não queremos adiantar o debate, consideramos que não é substancial, que as posições serão discutidas e a sustentaremos na própria Conferência de Avaliação e Convergência, mas não estamos de acordo com a última proposta do Brasil. Estamos de acordo com o texto tal qual está.

PRESIDENTE. Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente. Nós também estamos de acordo com o texto tal qual está, não estamos de acordo com a proposta do Brasil, penso que fazemos mais barulho neste momento. Tenho entendido que este texto foi debatido, discutido e pensamos que deveria ser aprovado dessa forma, não estamos de acordo, Presidente, com que submetamos à votação estas coisas, porque na votação alguém vai ganhar e outro vai perder. Penso que discutimos o suficiente para chegar a um consenso, Presidente, e penso que estamos muito próximos disso, não deveríamos desperdiçar essa oportunidade.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. A Argentina, o Paraguai e o Equador.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Quero pontualizar um aspecto que me parece ser uma inconsistência. O texto diz "...que apresente propostas" no plural "...de um programa "propostas de um programa", não tem muito sentido, deveria ser, e quando falamos de "...conformação de um espaço de integração para o desenvolvimento" aí também a conotação que não é algo que esteja definido já, porque do contrário deveria se falar "...do espaço de integração para o desenvolvimento", aí sim teriam sentido as maiúsculas, a meu ver, quando não estamos pondo estes artigos indefinidos, o um, por exemplo, é algo que deve ser conformado, desenhado, identificado já, porque do contrário teria um artigo definido "do espaço de integração para o desenvolvimento", então parece-me que esses aspectos devem ser corrigidos, ou seja, estamos pedindo à Conferência de Avaliação e Convergência que apresente uma proposta, de um programa para a conformação de um espaço de integração para o desenvolvimento, a meu entender em minúsculas. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Nós, da mesma forma que Cuba, estamos em condições de aprovar o texto tal qual está, mas a Argentina nos traz uma questão muito importante, isto é, penso que teríamos que considerar a proposta Argentina, ou seja, "proposta à consideração do Conselho de Ministros de um programa para a conformação de um espaço de integração para o desenvolvimento" e para mim é indiferente o fato de ser em maiúsculas ou minúsculas, obrigado.

PRESIDENTE. Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Eu assumo o proposto pela Argentina, mas o vejo como uma questão sutil e perfeccionista, e me parece bem, para que fique melhor expresso, mas em relação ao assunto de fundo me inclino a como ficou o texto original, que seja com maiúscula.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Presidente, como disse em minha intervenção anterior, nós estamos em condições de aprovar o texto tal qual está, com a eliminação do parágrafo dois, que foi, diríamos, a intervenção nos termos que fiz anteriormente, e quando disse o das maiúsculas, fazendo menção ao Embaixador do México, tinha por objetivo o consenso, se houvesse um consenso para as minúsculas, mas nós estamos em condições, como disse, de aprová-lo tal como está, com a eliminação do segundo parágrafo.

PRESIDENTE. Obrigado. A pergunta que formulo é a seguinte. Pareceria que há consenso para a correção da Argentina, aprovar o texto com maiúsculas segundo uma série de Representações, eu não sei se há alguma Representação? O Brasil, perdão.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, acredito que todos estamos de acordo que será melhor definir esse tema na Conferência de Avaliação e Convergência. Sem tentar introduzir noções e definições que são novas, que podem refletir as realidades de alguns interesses específicos de alguns países que ainda não foram objeto de consenso aqui. Por que não, simplesmente, se diz “encomendar à Conferência à Conferência de Avaliação e Convergência que apresente propostas que contemplem *inter alia* os seis pontos”, sem dizer que é a consideração do programa, conformação e tudo isso?

Propostas que contemplem *inter alia* os seis pontos, e aí teremos os seis pontos definidos e claros para serem contemplados e trabalhados na Conferência. Essa é minha sugestão, realmente não acredito que seja positivo que estejamos introduzindo aqui, de uma maneira sem consenso, uma noção de espaço de integração para o desenvolvimento que é uma noção nova e não tem o consenso de todos aqui, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. Um segundo antes de dar a palavra, vejo novamente a solicitação de palavra do Equador, da Venezuela, imagino qual é o sentido da intervenção, então o que vou dizer é, senhores, está claro que hoje não vamos poder terminar o consenso, deixemos este tema para uma próxima reunião e se verá, e tomaremos todo o tempo que for necessário, segundo aconselha reiteradamente o Embaixador do Equador, discutamos este tema quanto for necessário, tomemos tempo. Logo, obviamente, se não foi possível concluir isto, não vamos tratar hoje também da data tentativa ou da proposta para o Conselho de Ministros. Uma vez que tenhamos aprovado ou terminado a aprovação dos projetos de resolução, recém começaremos a considerar a data do Conselho de Ministros, e, logicamente, também não consideraremos nenhuma data para a Conferência de Avaliação e Convergência. Então o tema fica em aberto, os dois temas das duas resoluções pendentes para a próxima semana para ver se é possível que saiam as reservas que estão formuladas, e se é possível encontrar um mecanismo de consenso para esta redação. A Representação de Equador pediu a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). São três pontos. Em desacordo com o apresentado pelo Brasil. Gostaria que a proposta de apagar o texto tivesse sido apresentada no começo e não no final, e teríamos discutido se se apagava ou não.

Quando há quase unanimidade, o Brasil tira isso. Penso que nós temos que esclarecer, consultar dicionários, penso que há uma confusão, já o apresentei algumas vezes, uma coisa é consenso e outra coisa é unanimidade, não é o mesmo.

O fato de que um ou dois países estejam em desacordo quando mais de oito estão de acordo, então isso tem que ser aprovado, ou por votação ou por aceitação de que há uma ampla maioria, porque se não um teria uma arma qualquer, o Brasil ou qualquer, a arma de opor-se inclusive quando há onze. Há onze e queremos conquistar um, temos que pedir-lhe, esperá-lo, creio que, em casos extremos, como este teríamos que votar ou contar as opiniões, não estou de acordo com o senhor quando diz que o tema fica em aberto.

Por que o tema em aberto? Se somente há um país que expressamente propõe outra solução, os outros não se expressaram, está aberto para um, e penso que teríamos que discutir na próxima Sessão a questão do consenso e da unanimidade, consenso é quando

se vê o critério por onde está e não foi submetido a uma votação, mesmo existindo critérios contra, unanimidade é quando todos têm que estar concordando, e se me disserem então que tudo deve ser aprovado por unanimidade, então jamais se aprovaria nada, porque tão somente um país está em desacordo, ficam bloqueadas as coisas. Isso quero dizer ao senhor.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Mas permita-me recordar-lhe, antes de dar a palavra ao Peru, que na semana passada havia resoluções que estavam aprovadas por dez países, e, no entanto, consideramos que era necessário tentar encontrar o ponto de vista positivo de todos os países. Hoje a situação inversa se produziu, então vou tentar construir, sempre que possível, os consensos, quando não for possível, submeto-os à votação. A Representação do Peru.

Representação do PERU (José Antonio Rosado La Torre). Para acompanhar realmente esta resolução, no entanto, ante o debate, quero deixar constância que o termo denominação espaço de integração para o desenvolvimento não é um termo definido nem discutido no âmbito desta Organização, portanto não pode estar nem em maiúscula nem pretender estabelecê-lo como uma situação quase imperativa no texto, menos em maiúsculas. Obrigado, senhor.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. A Representação da Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente. Como o senhor disse, penso que é importante a construção do consenso, bem, se há algum país que não está de acordo, terá que trabalhar este assunto, estamos de acordo com que se continue trabalhando, porque não é um assunto menor, há uma visão aqui, e eu resumiria em duas partes, de uma forma aqui e é certo, não temos que nos enganar, quando o artigo primeiro da recomendação à Conferência para elaborar um programa para conformar um espaço de integração para o desenvolvimento, obviamente, ao estar em maiúsculas, significa que já estamos de acordo em construir este espaço de integração para o desenvolvimento, que alguns países, como no caso a Bolívia, pensam que deveria substituir o espaço de livre comércio, talvez não como espaço, mas sim como nome, mas esse é um debate que, sem dúvida, será um dos debates mais importantes da Conferência.

E o outro ponto de vista que me parece que também é correto, daqueles que dizem que o ponhamos em minúscula, é que não querem acordar isto aqui, agora, mas sim que seja produto do debate que se dê na Conferência, e de repente na Conferência estejam de acordo, ou seja, somente uma mudança de nome, uma questão que vai além da mudança de nome, que de repente é um conceito, inclusive escutei aqui mesmo a idéia de que subsista o espaço de livre comércio com o novo espaço. Isso a Conferência verá, essa é a opção, defini-lo agora, obviamente está nos levando a este debate e este obstáculo.

Então, eu gostaria de corrigir a posição da Bolívia, no sentido de que, talvez, tanto a observação da Argentina, "programa" deveria estar em minúscula também, porque também já dá a idéia de que terá que voltar com um programa, quem sabe é mais o conceito de programa, mais que um produto, e "espaço de integração para o desenvolvimento", se o colocamos em minúscula, damos a entender, talvez concordemos todos aí, que seja debatido no seio da Conferência, e talvez com esta recomendação ou esta sugestão pudéssemos chegar a um acordo nesta reunião, que seria ótimo, ter um consenso a mais, um sucesso a mais e dessa forma poder dar ao menos esta resolução por aprovada. Estaria disposto a ceder nesse sentido Presidente, e fazer esta recomendação para que seja produto da Conferência.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. A Delegação do Brasil solicitou a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado. Queria agradecer os comentários da Bolívia, o que o senhor acha, Presidente? Como último esforço, estou de acordo que de repente seria melhor deixá-lo, mas não seria possível chamar isso, em minúscula, levando em conta os comentários da Bolívia, que isso faremos na Conferência, em minúscula “um programa de integração para o desenvolvimento” em minúscula é um programa de integração para o desenvolvimento, porque precisamos falar de espaço, inclusive para não confundir com o outro espaço, falamos de um programa de integração para o desenvolvimento em minúscula, e na Conferência trabalharemos sobre um conceito.

PRESIDENTE. Peru.

Representação do PERU (José Antonio Rosado La Torre). Senhor Presidente, retomando suas palavras, por que as Representações não levam isto a duas posições para uma próxima reunião? Pensamos, avaliamos, porque penso que as Representações discutiram exaustivamente este tema, não penso que tenhamos que continuar pressionando sobre esse tema agora. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Na verdade, eu teria me sentido feliz se hoje pudéssemos concluir este tema, mas também está claro que ainda não há suficiente maturidade para tal questão, apesar da flexibilidade que diversas Representações apresentaram. Também penso que chega um momento em que já perdemos a clareza para a análise, em consequência, se não houver oposição, volto a propor que este tema fique em aberto com estas sugestões, de último momento, da Bolívia e da Delegação do Brasil, para ver se, na próxima Sessão, podemos ter um entendimento sobre esta matéria.

Peço, por favor, que deixemos este tema porque, na realidade, já tivemos três horas de debate sobre o assunto e está claro que temos algumas dificuldades para terminar de consensuar, mas também não estamos a uma distância quilométrica do consenso, então me parece que vale a pena fazer o esforço de esperar, uma semana, que as coisas amadureçam e ver se podemos conseguir uma redação finalmente de consenso.

Ficam ainda alguns temas para serem tratados. Dissemos que íamos postergar o tema de analisar as datas tentativas, porque não temos os textos ainda, então isso fica em aberto, mas há outro tema apresentado pela Representação da Bolívia sobre os Grupos de Trabalho, e combinamos que no tema de Assuntos Diversos iria pedir à Bolívia que explicasse ao Comitê a situação para que vejamos de que maneira podemos encaminhá-la.

5. Convocatória da Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros – datas tentativas.

Representação de CUBA (Marielena Ruíz Capote). O último ponto da ordem do dia de hoje era tentar estabelecer uma data para a Reunião do Conselho de Ministros.

PRESIDENTE. Perdão, esse era o ponto 5, Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruíz Capote). O 5.

PRESIDENTE. O cinco, e dissemos que, para marcar a reunião, temos que ter todo o material já disponível. Como não o temos, há dois temas que estão submetidos à discussão, por isso é que estava depois o ponto cinco, porque eu supunha que hoje íamos poder chegar a um acordo sobre os dois temas dos projetos de resolução.

Representação de CUBA (Marielena Ruíz Capote). Presidente, mas sejamos otimistas, vamos chegar a um consenso, e me preocupa o mês de setembro. Ia fazer referência a que a Secretaria ia apresentar um calendário de diferentes reuniões internacionais, para ir fazendo uma proposta a nossas Chancelarias, em razão de que em setembro é muito complicado, e gostaria de ir, pelo menos, tendo uma idéia concreta se vai ser em novembro, final de outubro, sabemos que está mais ou menos estabelecido final de outubro, final de novembro, mas o que queremos é ir concretizando um pouco para ser uma proposta antes de que nossas Representações vão para Nações Unidas. Essa era a idéia.

PRESIDENTE. Eu dou à Representação de Cuba a informação de que em setembro, havíamos dito que não seria realizada, porque há a Assembléia de Nações Unidas, em outubro, 21 e 22, será a terceira Cúpula de Estados de Chefe de Governos da UNASUL, em Viña del Mar, Chile.

Em 29 e 31, há a Décima oitava Cúpula Ibero-americana de Estado e de Governo, tudo isto em outubro, assim penso que deveríamos descartar outubro.

Em novembro, a Venezuela assinalou que no dia 23, - e que até o fim de novembro não pode de nenhuma maneira - tem eleições regionais e municipais; e em dezembro, até 20, há a Reunião do Conselho do MERCOSUL, em Salvador, Bahia.

Dessa maneira, eu lhes diria que o prazo que fica possível é nos 15 dias de novembro, entre o 1º e o 15 de novembro, e aí se esgotaram as possibilidades que temos. Penso que não será fácil coordenar a agenda de doze Chanceleres para essa data com esta antecedência que temos, mas também, e volto ao tema, para poder propor uma data, tenho que haver enviado previamente os documentos às capitais, como ainda não sabemos quando vamos mandar os documentos às capitais, parece-me que ainda não podemos discutir essas datas.

Pergunto, a Sessão de 10 se mantém ou não? Sim, bem, haverá reunião no dia 10, Bolívia, e daí somente no dia 24, caso seja necessário fazer uma reunião adicional para tratar algum destes temas.

A idéia que temos, salvo que haja alguma catástrofe que nos obrigue a incorporar temas, dedicar a reunião do dia 10 exclusivamente ao tratamento dos dois pontos de resolução que estamos, e penso que não deveríamos ter dificuldades para encontrar um modo de consenso nestas resoluções, se não chegássemos 10, a reunião de 24 seria para tratar exclusivamente esses temas. Dito isso, agradeço a todos.

6. Assuntos Diversos. (Este tema foi considerado antes do ponto 5).

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente. A respeito dos Grupos de Trabalho, queremos pedir da maneira fraternal às Representações que conduzem Grupos de Trabalho duas coisas bem pontuais.

Primeiro, na medida em que houver a necessidade de um deslocamento de funcionários da Bolívia, especialistas nos temas de cada um destes Grupos, para participar destas reuniões, solicitaria a possibilidade de que pudéssemos ter uma agenda, com a devida antecedência, para que nós possamos tomar as providências para que essas pessoas estejam em Montevideu para essas reuniões específicas. Agora, o ideal, neste sentido, seria que o Comitê considerasse a recomendação de adquirir um equipamento de videoconferência à Secretaria.

Nós, na Comunidade Andina, resolvemos muitas destas reuniões dessa forma, desse nível técnico, é uma solução muito viável, temos duas salas de videoconferência instaladas na Bolívia para estes propósitos, e isso não somente significa uma economia para o tesouro, como também permite uma flexibilidade muito grande em matéria de reuniões, seria uma recomendação que gostaria de fazer, Presidente, e, por outro lado, perguntar se o senhor mencionou as seguintes datas para a Reunião do Comitê: 10, 24 e 1º de outubro.

Então, nesse caso, gostaria de pedir também à Presidência que considere a possibilidade que este tema desta resolução possa ser tratado no Comitê no dia 24, posto que no dia 10 nós temos alguns problemas para poder tratar o tema aqui no Comitê precisamente.

PRESIDENTE. Estas são as considerações da Representação da Bolívia. Submeto à consideração do Comitê.

Quando falávamos informalmente ontem destas necessidades da Bolívia, indicava à Representação da Bolívia que a realidade é que a Representação Permanente tem um valor que não gostaríamos de perder, parece-me, entendemos que a Representação da Bolívia tem dificuldades ou uma filosofia política ou o que seja que a leva a esta consideração. Parece-me que não haveria dificuldades, e estou consultando, porque na realidade cada Grupo de Trabalho é Coordenado por uma Representação diferente, e não é o Presidente do Comitê, nem o Secretário-Geral quem estabelece estes programas.

Então, estou perguntando aos diferentes Coordenadores dos diferentes Grupos de Trabalho se é possível elaborar um cronograma de reuniões, de agora ao fim do ano, digamos, para informar com antecedência à Bolívia quais são as intenções de reunir os grupos, de todas as maneiras também indiquei informalmente ao Representante titular da Bolívia que esta agenda, eventualmente, teria modificações no decorrer dos dias, porque nem sempre um programa que é elaborado pode ser cumprido efetivamente.

E depois há a proposta do equipamento de videoconferência, e parece-me que hoje não é o momento para tratar disso, mas gostaria de saber se há possibilidades das diferentes Representações que coordenam os Grupos de Trabalho de elaborar esse cronograma de reuniões, de agora ao fim do ano.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Não concordo com sua apreciação de que não seja o momento para tratar o tema das videoconferências. Como eu mencionei, é uma solução muito prática para manter reuniões permanentemente entre várias Representações, praticada em várias partes, e me parece que, se bem que não a nível de Comitê, mas a nível de Grupos de Trabalho técnicos, é algo que pode ser praticável em uma sala menor, isto é, eu diria que fosse considerada a possibilidade, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Submeto à consideração a proposta da Bolívia sobre instruir a Secretaria-Geral para a aquisição de um equipamento de videoconferências. Paraguai e depois Brasil.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Parece-nos interessante a idéia da Bolívia das videoconferências, mas também queria que a Bolívia considerasse que nós estamos aqui, que as Representações estão aqui, que as equipes técnicas estão aqui. Então, talvez tivéssemos que buscar algum tipo de solução para que a equipe técnica da Bolívia esteja presente, e o que não me fica claro da Bolívia é se quer a videoconferência para que, quando se reunirem os Grupos de

Trabalho, esteja presente virtualmente através dessa conferência, ou se todas as reuniões serão virtuais a partir de agora, obrigado.

PRESIDENTE. Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Entendo a dificuldade da Bolívia, mas pergunto: a Bolívia tem uma Representação aqui, como todos nós, como disse muito bem o Paraguai, somos todos Permanentes aqui, e entendo que a Bolívia tem uma Representação aqui, então não estou descartando a possibilidade de ter uma videoconferência, se for mais prático, mas a Bolívia tem uma Representação aqui, então a Representação da Bolívia, estando aqui, pode participar, se é que alguém de La Paz não vem para alguma reunião, minha pergunta.

PRESIDENTE. Aqui, também quero assinalar que me entregam o texto da Resolução 262, de 26 de junho de 2001, vinculada com os Grupos de Trabalho, e no ponto segundo diz: "Composição, os Grupos de Trabalho serão formados com membros das Representações Permanentes acreditadas junto à Associação e estarão abertas à participação de todos os países-membros" ou seja, na hipótese de que se acedesse ao solicitado pela Representação da Bolívia, deveriam, por maioria, adotar uma decisão de modificar isto. A Representação da Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Não vejo, Presidente, nenhuma contradição com o proposto nessa resolução, isto é, ninguém diz que a Representação Permanente junto à ALADI tenha que estar permanentemente vivendo aqui, aí não diz isso, o que diz é que terá que haver uma Representação Permanente junto à ALADI e nós podemos acreditar, - agora por que fazê-lo assim? porque tampouco ir-nos a uma parte legal, digamos, não tem muito sentido-, mas eu lhes digo, em nosso caso, não sei no caso dos senhores e não quero me intrometer, cada um decide, obviamente. Mas em nosso caso o que posso lhes comentar é que nós temos equipes de trabalho para cada uma das disciplinas e das matérias que são motivo de tratamento nas Comissões ou nestes Grupos de Trabalho Permanentes. Por que nós apresentamos isso? Porque a proposta vem simultaneamente com a aprovação de todas as resoluções, mandatos ao Comitê, através, certamente, de Grupos de Trabalho para negociar uma série de matérias e aprofundar a negociação no âmbito da ALADI.

Eu não tenho nenhum funcionário que seja um "todólogo", que conheça todas as matérias em todas as dimensões, e por outro lado, parece-me que as Representações dos países que têm mais facilidade de acesso a Montevideú, neste sentido, deveriam ser mais compreensivas com países que têm menos facilidades de acesso a Montevideú, isto é, no sentido de que provavelmente haja algumas Representações que queiram levar adiante toda esta negociação que se aproxima, uma vez aprovadas estas resoluções pelo Conselho, mediante uma ou duas pessoas que tenham e que conheçam todos os temas. É possível que alguns países tenham essa capacidade, em nosso caso não, em nosso caso temos Grupos de Trabalho por uma série disciplinas, e esses Grupos de Trabalho são os que discutem, debatem, se interiorizam dos temas, estabelecem nexos com a sociedade civil, com as diferenças instâncias de governo, tomam decisões e conhecem as orientações para poder levar adiante uma negociação.

Sob nossa perspectiva, seria negociar com uma pessoa que somente estará para escutar e dizer "bem, na próxima vez, respondo, porque terei que passá-lo para a capital", mas ao transmiti-lo, não o transmite como nós gostaríamos, queríamos que o transmitisse e vamos ficar com dúvidas, então voltará a perguntar, isto é, a negociação poderia alargar-se e complicar-se muito.

Nesse sentido, tendo em vista que haverá um processo intenso de negociação no âmbito da ALADI, e no qual estamos muito interessados, em nosso caso queremos que participem nossos especialistas nestas matérias, por isso é muito importante a possibilidade de o Grupo de Trabalho poder ter esse contato de videoconferência, aproveitando a tecnologia moderna para poder estar inteirados de tudo o que aconteça e poder decidir, essa é uma opção.

Caso isso não seja possível ou que os países não queiram aceder a esta petição da Bolívia, ao menos que possam nos informar com um período de antecipação para que nós possamos garantir que os funcionários e a equipe de trabalho de especialistas nessas disciplinas possam estar presentes nos debates que serão feitos nestes Grupos de Trabalho, é essa nossa solicitação e quero pedir aos países que estão mais próximos de Montevideú, ao próprio Uruguai, ao próprio Brasil, que tem maior facilidade de acesso a Montevideú, à Argentina, cujos funcionários somente têm que pegar um avião, isto é, obviamente lhes é mais fácil, que tenham compreendam os países que têm mais dificuldade em chegar a estas reuniões, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Penso que o caso apresentado pela Representação da Bolívia é o caso que todas as Representações têm, isto é, todas as Representações têm Grupos de Trabalho no interior de cada país que apresentamos à discussão, seja de Grupos de Trabalho, problemas do Comitê, ou o que for.

Nenhuma das Representações tem um “todólogo”, ninguém encara todos os temas, mas sim temos bons intérpretes no interior de cada país das discussões e funcionários responsáveis que transferem essas discussões ao interior de cada país para trazer as opiniões para o seio do Comitê ou dos Grupos de Trabalho.

Por outro lado, quando faz falta, por exemplo, para reuniões de especialistas ou para reuniões de outro calibre, de altos funcionários ou reuniões diretamente de negociação, aí os países enviam seus representantes, financiados pela ALADI, para que venham para a discussão pertinente, quando os temas forem suficientemente especializados para que sejam resolvidos diretamente pelos responsáveis das políticas econômicas do interior dos países. Nesse sentido, não penso que a situação da Bolívia seja particular, agora se, por algum motivo, a Representação da Bolívia, digamos, está apresentando a necessidade de que venham para cada reunião especialistas de seus países nos temas correspondentes, parece-me que esse é um recurso que corresponde à Bolívia em particular e o que sim pode ser feito é tentar fazer com que o calendário de atividades dos diferentes Grupos de Trabalho seja conhecido com anterioridade, de maneira que o funcionário possa se preparar, e a posição nacional para ser transmitida. E os elementos que alimentarem a discussão pertinente serão transmitidos pelos funcionários da Representação que estiverem permanentemente estabelecidos em Montevideú, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Primeiro, um bis ao que disse o Embaixador Rodríguez, e somente para somar que a mecânica de videoconferência que todos utilizamos em diferentes distintas instâncias, que é mais fácil, obviamente, em instâncias bilaterais por temas de coordenação, pode ser usada de forma extraordinária, mas de forma comum é praticamente impossível fazê-lo. Primeiro, temos diferenças horárias, se bem são dentro dos mesmos usos, há algumas margens que complicam as

horas e, além disso, quando estamos em temas pontuais, dos especialistas, esses especialistas têm agendas que não são a ALADI, são multitemáticos e de fato o que optamos em geral nos Grupos de Trabalho é operar pelos foros virtuais, que não são simultâneos, são em tempo, via mensagens, para que assim possam todos contribuir. Essa é a forma que foi usada, é uma ferramenta, para um tema de custos trazer todos os funcionários, ou seja, todos gostaríamos que para cada reunião estivesse um especialista do seu país no tema, e se avançaria, talvez, mais rápido, isso é, hoje em dia, por custos e outras coisas é impossível, por isso a modalidade de trabalho, indicada pelo Embaixador Rodríguez, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, penso que sim, poderíamos fazer um esforço para fazer um programa de trabalho, penso que isso nos ajuda também, não somente ajuda a Bolívia, mas ter claro que o programa, como o senhor disse, nunca será absolutamente rígido. Penso que o programa de trabalho poderia ser feito para os Grupos, não para o Comitê, obviamente, mas para os Grupos sim, poderíamos fazer um esforço.

Para a videoconferência, realmente esse não é o formato da ALADI, é por isso que Montevidéu é sede da ALADI, para que estejamos aqui todos, imagine se cada um de nós pedisse uma videoconferência para cada reunião, em sua casa. Então, penso que poderíamos fazer um esforço em relação ao programa de trabalho, ajuda a Bolívia, ajudamos, ter previsibilidade melhor de nosso trabalho.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Eu quero expressar que o recurso da videoconferência deveria ser contemplado de forma excepcional, unicamente, e isto digo com base na experiência que tivemos no MERCOSUL de sua utilização, realmente, não é um meio simples, tanto do ponto de vista prático como da dinâmica da discussão, então deveríamos reservá-lo para uma situação muito excepcional, quando não houver mais remédio e possibilidade de ter a reunião presencial dos Representantes dos países.

Por outro lado, parece-me entendível a preocupação da Bolívia de poder deslocar especialistas para os diferentes Grupos Técnicos, e por isso me pergunto se bastaria que cada reunião fosse marcada com uns 15 dias de antecedência, se isso permitisse à Bolívia organizar o deslocamento de seus funcionários, e nos limitemos a isso, porque é difícil armar um programa para tudo o que resta do ano, de reuniões de determinado Grupo de Trabalho que pode desvincular-se da dinâmica desse mesmo Grupo, porque não se sabe como vão evoluir os temas, e as reuniões vão sendo marcadas em função dos avanços paulatinos que vão sendo dados, então se nos comprometemos, mesmo que seja em ter um mínimo de duas semanas de antecedência nas convocatórias dos Grupos de Trabalho, parece-me que aí estaríamos com uma margem de manobra suficiente para que a Bolívia ou outro dos países-membros que queira deslocar funcionários de sua capital tenha a possibilidade de organizá-lo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Presidente, o que queríamos dizer é que nós, como Coordenadores do Grupo de Trabalho sobre os PMDEs, colocamos nossa melhor disposição para organizar uma agenda integral com o resto

dos Grupos de Trabalho. Teríamos que determinar o tempo mínimo necessário que a Bolívia requereria e que tem essa agenda mais ou menos de curto prazo. A dinâmica das reuniões muda muito em função de como os temas vão sendo tratados, mas façamos um esforço - como fazem todas as Representações - de realmente ter, quando forem feitas as consultas à capital, respostas mais ou menos ágeis que permitam incorporar-se à dinâmica, porque de uma reunião de um Grupo de Trabalho pode ser gerada uma agenda nova sobre o programa que tenha sido determinado. Mas da coordenação temos toda a disposição se podemos organizar um programa mínimo daqui a dois meses, porque quem sabe em dezembro vai estar complicado.

PRESIDENTE. A Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente, efetivamente penso que todos os meios de aproveitamento da tecnologia, bem como mencionava o Chile faz um momento, foros virtuais para ir avançando em discussões são válidos. Obviamente, posso entender que não sejam os ideais, o preferível pode ser o presencial, que é importante porque tem um valor agregado adicional, também não podemos descartar a videoconferência, é uma ferramenta moderna, usada em muitos países, em muitos lados, eu não sei se talvez tenham tido más experiências ou podemos lhes proporcionar o cartão de nosso provedor, porque há formas de organizar reuniões virtuais, ou seja, reuniões de videoconferência que realmente funcionam, que é quase como estar aí.

A única diferença com a presencial é que nela é possível fazer acordos mais rápidos, se dão tipos de reuniões bilaterais, mas se isso não está, digamos, ao alcance do manejo dos países, para nós não há inconvenientes. Como lhes digo, queremos uma presença na medida do possível também, não impede que em algum momento, em alguma reunião, nossa Representação local tenha uma representação nossa aí ou assista.

Mas nós gostaríamos de fazer um esforço para que as negociações que vão surgir a partir da aprovação destas resoluções, que nos parece um estágio novo da ALADI, um passo adiante da ALADI muito importante, um tipo de relançamento muito importante, no qual queremos ter uma maior presença, com maior capacidade de decisão, com nossos especialistas, nossos técnicos. Não é o mesmo, imaginem, vamos pedir a um funcionário de nossa Embaixada que discuta salvaguardas com outro funcionário da outra Embaixada, e por que não pensar que deveriam ser as autoridades de salvaguardas de nossos países aqueles que debatam estes temas, porque poderiam chegar a algo. Eu não entendo bem como pode funcionar este diálogo, na verdade não imagino um diálogo assim, de um tema tão técnico entre duas pessoas que não conhecem o tema técnico.

Como diziam, haverá reuniões de especialistas que certamente estão previstas e que poderão ser realizadas, que possam nos avisar Oxalá com 15 dias, seria o mínimo que poderíamos pedir, mas se for um pouco antes, uns 20 dias, porque há problemas de comunicação, há problemas de chegar da Bolívia de avião até aqui, ou seja, não é o mesmo vir de Buenos Aires ou de Brasília do que vir da Bolívia, temos que dar uma volta muito grande, lamentavelmente.

Nesse sentido, estaria de acordo que nos avisassem com tempo de antecedência, pediria que refletissem sobre o tema, porque as negociações que vêm, penso que devem ser levadas aos especialistas de cada um de nossos países, de forma presencial ou virtual. É um tema que não insisto, mas deixo à consideração, Presidente, e aceitaria a sugestão de que se pudessem nos avisar em 15 ou 20 dias seria o ideal, não necessariamente me

refiro a um programa, não vejo a necessidade de que se faça um cronograma estrito de reuniões até o fim do ano, mas sim que haja uma antecipação na convocatória.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. Permita-me organizar um pouco isto, porque me parece que também há alguma falta de informação.

A ALADI em diferentes oportunidades, por exemplo no tema salvaguardas ou no tema origem, chega à conclusão de que é necessário fazer a reunião de especialistas e nesse caso convoca uma reunião especial de especialistas para tratar o tema, salvaguardas, origem, o que for, no intervalo os Grupos de Trabalho vão avançando, porque os Grupos de Trabalho permitem que quando vierem os especialistas ou técnicos, se dirijam para tratar aqueles temas muito pontuais que não podem ser avançados. Assim a ALADI vem trabalhando nos últimos anos, e não sou eu quem vai dispor sobre isto, o Comitê, em seu conjunto, resolverá.

Deixe-me assinalar adicionalmente que há dificuldades até de caráter legal com o tema das videoconferências, porque não é o mesmo que se expressa em um lugar onde se lavra uma ata, onde está em funcionamento a Secretaria, etc.

Isto é, o tema não é simplesmente um problema de boa ou má disposição, mas sim do funcionamento normal da Instituição ALADI. Entendemos as necessidades da Bolívia e tentaremos, na medida do possível, dar respostas positivas, da mesma forma eu quero assinalar que, na verdade, propor reuniões com 20 dias de antecedência na ALADI é praticamente um tema impossível, porque inclusive as Representações, que têm Representações Permanentes, como não têm “todólogos”, porque ninguém tem uma quantidade de funcionários que possa simultaneamente cobrir os diferentes Grupos, então é necessário combinar de alguma maneira a data de reuniões dos Grupos para que as diferentes Representações possam mandar funcionários aos diferentes lugares.

Mas, de qualquer maneira, está feita a consideração da Bolívia, eu não sou aquele que resolve, os que resolvem são os países, e explico as dificuldades que temos. A Argentina e o Equador solicitaram a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente, muito brevemente, não todólogos, mas o mais próximo a um todólogo é um diplomata, e nossas Representações estão povoadas de funcionários diplomáticos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Eu diria que muitos problemas diplomáticos acontecem porque são conduzidos pelos diplomatas que têm conhecimentos superficiais de muitos temas. Temos que complementá-los com os especialistas, porque se não somos semi-analfabetos em alguns temas e tomamos decisões sobre isso, para mim, não é nem um nem outro.

Agora sobre o tema técnico que está sendo discutido da videoconferência, eu iria dar uma opinião posterior ao Representante da Bolívia, mas vou o fazer publicamente. Há um recurso que pode ser usado pela Bolívia, e nos computadores existem visores em que se pode conversar, e as duas pessoas estão se vendo, e o Representante que vai às reuniões poderia observar os outros, não somente ele estar, mas ouvir e ver, da Bolívia ou de qualquer lugar, e também poderia participar aí e não se requereria uma videoconferência, mas sim do próprio computador existe essa solução há algum tempo que poderia servir

perante o outro, que é um aparelho maior, há esses aparelhinhos, que já são usados há uns dois anos, e que poderia ajudar a resolver esse assunto de que alguém de lá, um especialista, siga a conversação da reunião do Grupo de Trabalho aqui e que o Representante ligue seu computador e coloque o aparelho que está observando os que quiser observar, e está ouvindo e vendo e também pode participar, nada mais.

PRESIDENTE. A Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruíz Capote). Obrigada, Presidente, no caso do nosso Grupo, estamos totalmente de acordo com o tema de fazer um esforço para organizar uma agenda de reuniões, penso que será benéfico para todos, como nas reuniões do Comitê de Representantes, levando em consideração o tempo de 15 dias que a Bolívia está considerando, será feito o possível, mas tentaremos coordenar as reuniões de maneira que a Bolívia possa estar presente.

O resto dos recursos técnicos, a própria representação, que ao final pensamos que devemos tentar conseguir, é uma boa interlocução com a capital, pelo meio que for factível, técnico ou humano, mas conseguir que chegue a informação, e que a informação retorne, e que também levemos em consideração que às vezes, nem sempre, mas às vezes, os temas se tornam bastante dinâmicos nos Grupos de Trabalho e todos temos esse recurso, ou seja, todos temos que consultar a capital e esperar sua resposta, porque não somos autônomos, mas às vezes tem bastante dinamismo, temos que buscar a via mais rápida para que a informação chegue à capital e que retorne aqui. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente, com o devido respeito, quero manifestar ao Embaixador do Equador que não compartilho sua apreciação de que os diplomatas tratam os temas com superficialidade, nada mais, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço. Não sei se a Representação da Bolívia está satisfeita com este tratamento. A Representação da Bolívia e depois o Equador.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Obrigado, Presidente, não era minha intenção provocar debates sobre as características de cada uma das profissões que existem, eu somente imagino - e gostaria que todos me acompanhassem nisto - que aprovamos nossas resoluções, que estamos mandatando negociações em todas as disciplinas, estamos negociando, estamos pondo uma série de disciplinas de negociação para aprofundar, e obviamente penso que, além disso, porque ninguém desconhece a profunda habilidade dos diplomatas, porque têm um conhecimento integral de tudo, por isso são diplomatas e estão onde estão, nós, na Bolívia, também não desconhecemos isso, mas simplesmente, em alguns casos, em algumas matérias necessitamos que nosso especialista se sinta com o especialista do outro país, o que eu proponho.

Por exemplo, chegou, esta semana, da Representação do Chile, do Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas, Mecanismos de notificação de medidas de Salvaguardas, eu lhes digo - com toda a capacidade que nossos diplomatas têm, que nós elogiamos e respeitamos muito - mas eu necessito que esteja o especialista nesse mecanismo, para que possa realmente comparar o que está sendo feito com o que vai ser acordado no âmbito da ALADI, então, por exemplo, em um tema muito técnico esta convocatória chegou a nós 2 dias antes da reunião. Penso que é perfeitamente possível planejar a mesma reunião com um pouco mais de antecedência.

Agora se vemos que é um tema que não merece enviar um especialista, então pediremos a nossa Representação que esteja presente que assista, isto é, não é mais complicado que isto o que estamos pedindo, retiramos nossas propostas de videoconferências e tudo isso, nós vemos todos os meios tecnológicos como válidos, mas são coisas que têm que ir evoluindo em cada uma das organizações, também não era nossa intenção que tivesse videoconferência para nós, era para um tema excepcional de alguém que não pudesse chegar ou algo assim, sempre, como disse, é melhor a reunião presencial, mas, eventualmente há urgências, e as urgências são resolvidas, muitas vezes, por videoconferências ou teleconferências. Essa era simplesmente nossa sugestão, agradecemos a disposição dos países e Oxalá os Grupos de Trabalho possam convocar com um pouquinho de antecedência, uns 15 dias seria o ideal, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Bolívia. Passo a palavra ao Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Vou ampliar, e quero deixar claro o que expressei. Não quero que seja distorcido o que expressei – digo ao Representante da Argentina - penso que os diplomatas, quando tratam de temas que não conhecem, o conhecimento técnico tem que ser unido à direção política, aí se age superficialmente, então aí me ratifico.

Somos superficiais quando opinamos no que ignoramos, e se estamos preparados em uns temas, não precisamos de ajuda dos outros, mas, quando ignoramos, temos que buscar ajuda de outros, e essa é uma falha da política de nossos países, que a ação política não está complementada com o conhecimento técnico do tema em que estamos embarcados, e esse é um problema em particular que, para dar um exemplo, se dá com frequência na educação na América Latina, são Ministros da Educação, muitas pessoas que são excelentes profissionais, que conhecem um ponto, mas não sabem sobre a educação, e isso aconteceu em alguns ministérios de alguns países, que se nomeia qualquer pessoa que não tem os dois conhecimentos, o político e o específico, técnico na matéria que se trate e aí eu penso que devemos unificar isso, se não ficamos em uma vagueza sem propriedade, e aí é quando as grandes potências nos conduzem, quando se negocia com outros que têm pessoal de alto nível, muito especializado em negociações e o outro tem um nível muito baixo.

Então, temos que fazer o esforço de subir o nível do pessoal técnico especializado para que responda aos objetivos requeridos, e não cometamos erros com boas intenções da que se sabe que estão empedrados os caminhos do inferno. Não porque temos a boa vontade, a boa fé é suficiente, temos que ter o conhecimento mais profundo possível, o conhecimento especializado nos temas específicos que se trate.

PRESIDENTE. A Representação do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. Somente como havia pedido a palavra antes da intervenção, ou o exemplo dado pontualmente em um Grupo que coordeno.

Primeiro para dar a tranqüilidade ao Vice-Ministro Guzmán que, efetivamente, ou seja, somos os mais parecidos aos “todólogos”, segundo o que cada país definiu, não obstante, no momento certas resoluções seguem seu curso, e as negociações não somos nós os encarregados de levá-las, são pessoas da capital, isso é claro, ou seja, nós facilitamos, fazemos tudo, mas no caso pontual do Chile há um especialista em cada tema, coube-me encabeçar negociações em outros temas, mas obviamente na mesa de negociação

primeiro as pessoas se juntam e depois se fecham as negociações de equilíbrio geral, mas não mais do que isso.

E outro tema, - um bom exemplo que o senhor deu – sobre a citação da reunião, essa citação da reunião foi coordenada na última reunião do Grupo, inclusive a data e a hora que iria ser. Nossa última reunião foi na terça-feira, 12 de agosto, e se estabeleceu que seria na terça-feira passada e, justamente em consideração do que falamos internamente com a Secretaria da Bolívia, que faltava-nos o pronunciamento da Bolívia sobre um dos temas que tínhamos na agenda dessa reunião, informamo-nos de sua vinda a semana passada e acordamos postergar essa reunião. A reunião estava convocada nesses termos, inclusive foi distribuída depois uma minuta, além do acordado nesta mesma mesa, que essa reunião seria na terça-feira, 26 de agosto, às 13 horas, na Sala do primeiro andar.

Talvez para tentar acordar um calendário dos diferentes Grupos, talvez a Secretaria cite a todos os Coordenadores para que isto seja assim, porque “no sea que el primero que ocupo la cancha sea el primero que ocupe Sala”, para que tenhamos e tentemos determinar um calendário e distribuí-lo entre todas as Representações posteriormente, muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. De todas as maneiras, eu gostaria de assinalar que nem sequer isso é assim, e explico por quê. Muitas vezes acontece que se tem a intenção de fazer uma reunião em determinada data, e depois sua Chancelaria o chama para algo e não pode estar, então é assim. Pedirei ao Subsecretário Quina que explique brevemente como funcionam os Grupos de Trabalho para que tenham uma visão adequada, e vejamos de que forma organizamos a coisa da melhor forma possível.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, Presidente. Gostaria de explicar ao Representante da Bolívia que o que indicarei agora é a experiência que tive durante cinco anos e meio, ao atuar como Coordenador de dois Grupos de Trabalho, Normas e Disciplinas e Comércio Eletrônico.

Começamos a implementar alguns temas, produto de razões que não valem a pena explicar agora, como uma mecânica de comunicação: os foros virtuais. Nem eu acreditava nos foros virtuais, tomam tempo, o foro virtual não tem a dinâmica de uma conversa telefônica, pelo menos, e aí pusemos Controvérsias, Origem e Salvaguardas abertas a uma discussão que durou meses, porque consideramos que o tema é o suficientemente importante para que se debatesse com os especialistas. Quando consideramos que a situação tinha amadurecido o suficiente, chamamos a uma reunião presencial, porque era impossível resolver os problemas por essa via, porque chegou um momento em que inclusive os próprios especialistas deixam de opinar por sua própria cautela frente ao processo, chamemos de uma negociação entre aspás, porque também não se tratava de uma negociação no estrito rigor da palavra, mas sim estávamos trocando opiniões e idéias, e as reuniões presenciais que se realizaram em outubro do ano passado foram de um valor importantíssimo, e daí ficamos com três textos a revisar no futuro sobre as matérias que eu lhe indico.

O mesmo fizemos com a certificação de origem digital, levamos um projeto que se aproxima de 5 anos de iniciada a idéia, e usamos todos os elementos, inclusive quando não tínhamos recursos, trouxemos os especialistas que vieram voluntariamente, pagando seus gastos, juntamos em reuniões sessenta e oitenta especialistas em informática discutindo isto, o que eles produziram é de valor incalculável do ponto de vista técnico e de como concordaram entre eles posições em um trabalho que durava três dias.

Então, com isto, não quero desqualificar nenhum elemento disponível da tecnologia, nenhum, tudo serve, temos que ver as circunstâncias e as características da organização, não tenho dúvida, senhor Guzmán, de que na relação bilateral é muito útil uma videoconferência, mas ter videoconferências em algum momento com doze é bem complicado, agora em um momento pontual, o senhor fala “olhe, não posso ir, veja se me habilitam a Sala”, enfim, faremos todos os esforços, a Secretaria está aqui para servir os países e eu penso que a mecânica de estar trabalhando no caso particular da Bolívia, que o especialista boliviano em Salvaguarda possa estar acessando, através de um mecanismo semelhante ao de um foro virtual ou da relação com o Coordenador do Grupo que, neste caso, é o Representante Alternativo do Chile, é possível, ou seja, talvez encontrando soluções mais simples possamos implementá-las também de forma mais efetiva, muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Já falamos longamente desse tema, penso que não vamos mais chegar a mais conclusões do que as que já chegamos. Os Coordenadores dos Grupos de Trabalho tentarão elaborar o programa de reuniões para comunicá-lo com a maior brevidade possível, e penso que não há mais temas para tratar.

A próxima reunião do Comitê é dia 10, pensávamos, porque a Bolívia está pedindo que estes temas passem à reunião de 24. Na verdade, não tem sentido a reunião do Comitê do dia 10, não sei se estamos de acordo com isso, ou seja, apesar da comunicação que circulamos, não teríamos Reunião do Comitê no dia 10, nem no dia 17. Perdão, a Representação do Peru.

Representação do PERU (José Antonio Rosado La Torre). Desculpe, senhor Presidente, que o interrompa, mas na verdade não estamos folgados de prazos para a convocatória da Conferência e a Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros. Peço que se leve em consideração essa situação também, se começarmos a adiar reuniões, vamos ter um sério problema para cumprir com as metas que traçamos, obrigado, senhor.

PRESIDENTE. Francamente, concordo com isso, mas não posso resolver só as coisas, então, o que estou dizendo, os senhores resolvam, o que digo é se não vamos tocar os temas de fundo que devemos tocar, a reunião de 10 não tem sentido. A Bolívia pede que passemos ao 24, então os senhores resolvem se tratamos isto no dia 24, levantando as sessões até 24 ou consideramos que estamos em um ritmo, etc. e o tratamos no dia 17. não sou eu que resolvo, são os senhores. O que querem fazer? 10? Dia 10 a reunião, isto é o que propõe o Embaixador do Equador, os demais. 10 ou 24? 10, Colômbia, Peru.

Representação do PERU (José Antonio Rosado la Torre). Somente para perguntar ao Representante de Bolívia se sua Representação poderia fazer um esforço para ter uma resposta para 10, em vez da data que o senhor propõe.

Representação da BOLÍVIA (Pablo Guzmán Laugier). Por isso eu insistia muito em que estávamos tão próximos de um consenso nessa resolução e no último momento se desarmou, ou seja, mais uma coisa que podíamos haver acordado, se isso é o que fica, porque o outro é o tema que postergou -o tema de serviços-, sua discussão, mas ao menos teríamos podido avançar na outra resolução, essa era minha intenção, tentar eliminar essas coisas rapidamente, porque penso que estávamos muito próximos de acordar, estávamos falando de uma maiúscula ou minúscula, estamos nos enredando em coisas que prolongam simplesmente as coisas. Se os senhores quiserem tratá-lo dia 10, tratá-lo-emos dia 10, não há inconvenientes.

Acreditamos que os temas são muito importantes e pediríamos também ao Comitê que façamos um esforço de chegar a um consenso, de avançar, não é? Porque se um diz “isso

veremos depois”, então não fui eu quem disse que o veremos na seguinte reunião. Nós tínhamos toda a intenção de acordar agora, e estamos dispostos a continuar trabalhando para ter um ajuste sobre essa resolução, agora mesmo, mas o Comitê o posterga e isso também deve ser levado em consideração, não sou eu quem está postergando, está sendo postergado pelo Comitê. Se quiserem tratar no dia 10, nós veremos como podemos nos adaptar, não há problemas.

PRESIDENTE. Encerra-se a sessão. Bom dia e até próxima quarta-feira.
